

81

Eliane Cristine Raab Pires

Língua e Cultura

SÉRIE

Estudos

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Eliane Cristine Raab Pires

Língua e Cultura

81

Eliane Cristine Raab Pires

Língua e Cultura

SÉRIE

Estudos

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Título: Língua e Cultura

Autor: Eliane Cristine Raab Pires

Edição: Instituto Politécnico de Bragança · 2006

Apartado 1038 · 5301-854 Bragança · Portugal

Tel. 273 303 200 · Fax 273 325 405

<http://www.ipb.pt>

Execução: Serviços de Imagem do Instituto Politécnico de Bragança

(grafismo, Atilano Suarez; paginação, Luís Ribeiro; montagem e
impressão, António Cruz; acabamento, Isaura Magalhães)

Tiragem: 200 exemplares

Depósito legal nº 251679/06

ISBN 972-745-089-X

978-972-745-089-3

Aceite para publicação em 2004

Índice

Introdução	11
Parte I · Língua	15
1.1 · Linguagem humana e comunicação	15
1.2 · O signo linguístico	17
1.3 · A língua – a palavra	18
1.4 · Alguns conceitos linguísticos – linguagem, língua e fala	20
1.5 · A materialidade da linguagem	23
1.6 · Língua falada	25
1.6.1 · Características da língua falada	26
1.7 · Língua escrita	27
1.7.1 · Características da língua escrita	30
1.8 · Linguagem humana – características	31
Parte II · Cultura	35
2.1 · Natureza e cultura	35
2.2 · Da natureza à cultura	36

2.3 · O <i>background</i> da cultura	38
2.4 · O desenvolvimento do conceito de cultura	40
2.5 · Cultura oral	42
2.6 · Cultura textual	44
2.7 · Identidade cultural	47
2.8 · Diversidade cultural	48
2.8.1 · Interculturalismo e multiculturalismo	49
2.9 · O indivíduo e a participação da cultura	52
2.10 · A cultura e a percepção individual do mundo	53
2.11 · O dinamismo da cultura	56
Parte III · Língua e Cultura	59
3.1 · Relatividade linguística:	
a interdependência língua e cultura	59
3.2 · As múltiplas relações entre língua e cultura	61
3.2.1 · A influência da Península Ibérica nas Américas	64
3.2.2 · Literatura	66
3.4 · O diálogo linguístico dos povos	69
3.5 · Estudo de línguas e encontro de culturas	70
Conclusão	75
Notas	79
Resumo Bibliográfico	81

Língua e Cultura

Resumo

No último quartel do século XX, um novo mundo surge decorrente do processo de globalização. Esta nova sociedade tem conduzido a uma mudança significativa na tecnologia da informação, na comunicação interactiva através dos meios de comunicação electrónicos, na economia global, estabelecendo uma base multicultural de interdependência económica, e na vida social. A realidade vigente, portanto, revela que o homem moderno está tão mergulhado na linguagem, que nada, ou quase nada, se faz sem a fala, e é assaltado por milhares de sinais e imagens. É isso que explica a importância crescente de estarmos mais conscientes da função da língua como instrumento social e de comunicação e que, neste caso, dá acesso à cultura de uma sociedade.

Os temas língua e cultura têm sido isoladamente objecto de estudo e por serem passíveis de serem abordados sob diferentes ângulos, o trabalho que se apresenta pretende, na medida do possível, ampliar o horizonte de reflexões sobre a diversidade linguística e cultural numa sociedade globalizante. Este estudo, por isso, visa despertar o desejo de conhecer e aprender línguas que é uma das competências essenciais para que cada indivíduo possa participar de forma efectiva na sociedade europeia, particularmente e global, promovendo assim a integração na sociedade.

Este estudo será de interesse não só para alunos da área das ciências humanas, mas também para aqueles que pretendam compre-

ender o actual panorama das línguas, pois ninguém pode alhear-se do facto de que somos participantes de uma história em que, de forma crescente, somos chamados a ajudar a construir, de maneira aberta e compreensiva, as diferenças linguísticas e culturais.

Para uma melhor abordagem e delimitação do assunto, o estudo é constituído de três partes: a primeira refere-se à linguagem humana e comunicação, a alguns conceitos linguísticos - diferenciação entre linguagem, língua e fala -, ao signo linguístico, aos conceitos da língua falada e escrita e às suas características, e às características da linguagem; a segunda parte começa por fazer uma diferença entre natureza e cultura, foca os conceitos e a função da cultura, as diferenças entre cultura oral e textual, a importância da identidade do indivíduo, a diversidade cultural dos povos, como os indivíduos participam diferentemente da sua cultura e como a cultura determina a percepção do mundo pelo indivíduo; em seguida, mostra a inter-relação língua e cultura, a importância do estudo das línguas para a compreensão dos povos e do estudo da literatura – laço de continuidade das culturas. Conclui-se que a língua é um instrumento de pensamento e de comunicação, que a cultura incorpora a língua e que ambas se reflectem, e que o multilinguismo e o multiculturalismo, possivelmente, caracterizarão o século XXI.

Résumé

Le dernier quart du XX^{ème} siècle s'est ouvert sur un nouveau monde issu du processus de globalisation. Cette nouvelle société a entraîné un changement significatif dans les domaines de la technologie de l'information, de la communication interactive, à travers les moyens de communication électroniques, de l'économie globale, en établissant une base multiculturelle d'interdépendance économique, et dans la vie sociale. La réalité présente nous révèle donc que l'homme moderne est toujours plongé en plein langage, que rien, ou pratiquement rien, ne se fait sans avoir recours à la parole, et qu'il perpétuellement assaillit de signes et d'images. C'est ce qui explique que nous soyons encore plus conscients de la fonction de la langue tant qu'instrument social et de communication et qu'ainsi nous puissions avoir accès à la culture d'une société.

La langue et la culture sont deux thèmes qui ont presque toujours été traités séparément mais qui peuvent être abordés sous différents angles, c'est pourquoi cette étude que nous vous présentons prétend, dans la mesure du possible, élargir l'horizon de réflexions

sur la diversité linguistique et culturelle dans une société globalisante. Cette étude a donc pour objectif celui de réveiller l'intérêt pour la connaissance et l'apprentissage des langues, qui n'est autre qu'une des compétences essentielles pour que chaque individu puisse participer effectivement dans la société européenne, individuellement et globalement parlant, en y permettant son intégration.

Cette étude sera intéressante aussi bien pour les étudiants en sciences humaines que pour tout ceux qui veulent comprendre le panorama actuel des langues, car personne ne peut nier que nous participons tous à la construction d'une histoire, de manière croissante, où nous aidons à construire, de manière ouverte et compréhensive, les différences linguistiques et culturelles.

Pour mieux aborder et délimiter le sujet, l'étude se divise en trois parties: tout d'abord on fera référence au langage humain et à la communication, à quelques concepts linguistiques – la différence entre le langage, la langue et la parole –, aux signes linguistiques, aux concepts de langue parlée et écrite et à leurs caractéristiques, et aux caractéristiques du langage; ensuite, dans la deuxième partie, nous commencerons par établir la différence entre la nature et la culture, mettre en relief les concepts et la fonction de la culture, les différences entre culture orale et textuelle, l'importance de l'identité de l'individu, la diversité culturelle des peuples, comment les individus participent de manière différente à leur culture et comment la culture détermine la perception que l'individu a du monde qui l'entoure; finalement, on montrera les relations entre langue et culture, l'importance que l'étude des langues a pour réussir à comprendre les peuples et pour l'étude de la littérature – liaison perpétuelle des cultures. On en conclut que la langue est un instrument de pensée et de communication, que dans la culture on retrouve la langue et qu'elles se réfléchissent toutes deux, et que le multilinguisme et le multiculturalisme caractérisent, probablement, le XXI^{ème} siècle.

Abstract

In the last quarter of the 20th century, a new society emerged in consequence of the globalisation process. This new society has led to a significant change (a) in information technology, in interactive communication through electronic means, (b) in global economy, establishing a multicultural basis of economic interdependence, and (c) in social life. The current reality, therefore, reveals that modern man is so involved in language that nothing, or almost nothing, is done without speech, and he has to deal with thousands of signals and images. This explains the increasing importance of being aware

of the language function as a social and communicative tool and, in this case, it gives access to the culture of a society.

Language and culture have been studied separately and are being susceptible to be approached under different perspectives. This work has the objective of extending the scope of reflection on linguistic and cultural diversity in a global society, as far as possible. Thus, it aims to stir the wish to know and learn languages which is one of the essential abilities to participate effectively in the European society, and particularly in the global one, promoting integration in the whole society.

This study interests not only students of the human science field, but also those who intend to understand the language present overview, since nobody can be isolated from the fact that we are participants of a history where, in an increasing way, we are called to build up, in an open and comprehensive way, the linguistic and cultural differences.

For a better approach and delimitation of this subject, it is composed of three sections: the first refers to the human language and communication, to some linguistic concepts - differences between language and speech -, to the linguistic sign, to the concepts of oral and written language and to its characteristics, and the characteristics of the human language; the second starts making a difference between nature and culture; it focuses the concepts and the functions of culture, the differences between oral and textual culture, the importance of the individual identity, the cultural diversity of the peoples, how the human being can participate differently in their culture and how culture determines the individual perception of the world; the third shows the inter-relationship between language and culture, the importance of the study of languages in order to understand the peoples and the study of literature – a bond of culture continuity. Finally, it concludes that language is a tool for thinking and communicating, that culture is incorporated into language and vice-versa, and that multilingualism and multiculturalism will, probably, characterize the 21st century.

Introdução

De acordo com Castells (2002 (I): 33-35), a partir do final do século XX até os dias actuais, a história da humanidade é marcada por um período de transformações profundas relativas à “cultura material”, que são levadas a cabo através da sobreposição de um novo paradigma, estruturado em torno da tecnologia da informação. Ainda de acordo com o autor, este paradigma mais recente está contribuindo para a efectivação e difusão do processo de globalização e para o surgimento de uma nova estrutura social, que depende da diversidade de culturas e instituições existentes em todo o mundo (*Ibidem*: 17-18). Depreende-se, portanto, que as fronteiras geográficas dos países tendem a desaparecer, as nações a assimilar-se e as culturas a serem globalizadas. Isto seria verdadeiro, não fosse o próprio Castells (2002 (2): 62-63) destacar que, “uma língua plenamente desenvolvida, constitui um atributo fundamental do auto-reconhecimento bem como do estabelecimento de uma fronteira nacional invisível em moldes menos arbitrários, que os da territorialidade, e menos exclusivos que os da etnia”.

A expansão do mercado económico e o desenvolvimento tecnológico, dos meios de transporte e dos *media*, não só têm transformado a forma de produzir, de consumir, de negociar, de comunicar, de pensar, de viver, como têm contribuído para intensificar o fluxo

de capital, de produtos, de imagens, de informação e de pessoas em todo o mundo. A intensidade, a rapidez e o volume de fluxo desses factores são vistos como o desmoronar de barreiras entre sociedades, línguas e culturas, na medida em que as pessoas estão num universo cada vez mais interactivo e que resulta numa interdependência dos meios de comunicação mais longa e densa.

O surgimento dessa nova sociedade está a motivar reacções defensivas, sobretudo no que diz respeito à identidade nacional e territorial dos povos e países.

Na Europa, essa percepção de ameaça traduz-se em ampliar os poderes da União Europeia. A hostilidade generalizada dos cidadãos europeus a essa nova ordem socio-económica é reforçada pela maior parte dos líderes políticos que apresentam como adaptações necessárias, além do ajustamento económico, a condição de as nações garantirem a própria sobrevivência e de se integrarem, quando as suas identidades não forem ameaçadas e, até, poderem ser fortalecidas, ao exporem-se a diferentes identidades.

Uma das maiores riquezas da Europa reside precisamente na diversidade linguística e cultural, nomeadamente no que toca às famílias românica e germânica, em virtude de delas descenderem novas formas de comunicação, falares que se tornaram línguas, línguas que geraram variantes. Importa ainda destacar que foi originariamente da Europa que, por via da civilização, algumas línguas se expandiram pelo mundo e, hoje, permitem as relações entre os homens dos cinco continentes. Falar das línguas do Ocidente é também falar das línguas da América, de muitas línguas nacionais da África, da Ásia, e da Oceânia.

Com a língua tem-se à mão, por exemplo, a herança milenar da Ibéria com Espanha e Portugal. Movimentos de unidade e de diversidade que se registaram através dos séculos e contribuíram para a romanização, o surgimento das línguas neolatinas, a formação do português e do castelhano como esforço de unidade política dos dois estados.

O comércio, sem dúvida, é uma grande força integradora dos povos e dos continentes, não é, porém, a única. O panorama europeu é bem explícito e exemplar através da União Europeia. No jornal Oficial das Comunidades Europeias datado de 24.04.2001, há um parecer do Comité Económico e Social sobre a proposta de decisão do Conselho, que adopta o apoio à adaptação linguística e cultural dos produtos e serviços digitais, para estimular a utilização de conteúdo digitais europeus nas redes mundiais e promover a diversidade linguística e cultural na sociedade de informação. Este parecer visa contribuir para o aumento dos produtos de exportação de empresas europeias de conteúdos, facilitando, simultaneamente, a participação de todos

os cidadãos europeus na sociedade de informação, bem como o apoio adequado ao acesso de informações multilíngues e interculturais. A concretização dessas iniciativas poderá vir a ser um factor estimulador essencial para o desenvolvimento de um mercado de massas europeu para produtos e serviços de informação, ultrapassando, dessa forma, a fragmentação linguística dos mercados europeus e reforçando a competitividade mundial de ambos os sectores.

Javier Pérez de Cuéllar, presidente da Comissão Mundial de Cultura da Unesco, escreveu na Folha de São Paulo de 29.02.94: “Entendo que a comunidade internacional precisa orientar-se por uma meta comum: Lançar, às vésperas do século XXI, uma iniciativa mundial de crescimento sustentável sobre a base do desenvolvimento cultural. Por que não imaginar uma espécie de Plano Marshall a nível planetário, em favor da cultura e do desenvolvimento? (Clemente, 1994: 8)

De acordo com a opinião de Pérez de Cuéllar, as acções da comunidade internacional deveriam então pautar-se na integração dos povos, em prol da cultura, propostas defendidas de forma mais incisiva e conclusiva com o parágrafo:

“O mundo da cultura, segundo André Malraux, “não é o da imortalidade, é o da metamorfose”. Longe de ser um obstáculo à modernização, a cultura constitui, conseqüentemente, a chave e o horizonte do desenvolvimento, se entendemos que este último abrange toda a riqueza da experiência humana. Se a cultura se converter na estrela que orienta o desenvolvimento, se ela alcançar o primeiro escalão das prioridades do programa nacional e internacional, ter-se-á preservado o único património intacto da humanidade: a terra virgem do futuro” (*Ibidem*: 8).

Do encontro de culturas surgem novos caminhos, novos horizontes, unidos nos ideais da fraternidade universal. Da diversidade para a unidade é o que o mundo reclama e realiza como a Comunidade Económica Europeia, a Comunidade dos Estados Independentes (procedente da fragmentação da URSS), e o grande bloco económico inaugurado recentemente, constituído por países sul americanos - o Mercosul. É facto, contudo, que se por um lado se busca a integração, por outro lado fracciona-se a unidade na reafirmação das línguas com cores locais ou regionais. Pois, quando na actualidade se observa um conflito de forças que procuram a unidade na diversidade, enquanto outras impelem à desunião, na verdade, porém, a integração prossegue, na valorização de uma língua nacional, estudada por outros povos.

Devem-se privilegiar as energias da cultura traduzidas nas línguas e nas respectivas literaturas, repositório inesgotável das tradições e dos projectos das gerações passadas e vindouras, para que elas possam interagir e conseguir maior harmonia entre os povos no

sentido de que o ideal de fraternidade seja efectivamente factível e disseminado.

Parte I · Língua

1.1 · Linguagem humana e comunicação

O homem, rico em potencialidades sociais, tem ao seu alcance muitos e variados meios de se relacionar constantemente. Este vínculo social permanente é fruto da comunicação. Genericamente, a linguagem humana responde a essa necessidade do ser humano de comunicar. No entanto, nem tudo o que é comunicação é linguagem humana, objecto da ciência linguística. Existem diversos sistemas simbólicos que constituem linguagens, embora fique claro que são diferentes da linguagem humana.

Para além dos que a natureza põe espontaneamente ao seu alcance e de permitir comungar certos sentimentos e necessidades, o ser humano tem a possibilidade de aprender muitas formas, anterior e arbitrariamente estabelecidas para serem utilizadas em determinadas circunstâncias, e de criar outras que os seus interesses recomendam.

Para comunicar, o homem lança mão de uma infinidade de meios de comunicação visual como sinais de fumo, os gestos ou as histórias aos quadrinhos, para não dizer a comunicação de meios acústicos ou sonoros e de outros estímulos que se fazem presentes através do olfacto, do tacto e do gosto. Os gestos são considerados

o meio mais importante da comunicação não verbal. Estes sinais ao acompanharem a linguagem verbal, têm uma função coadjuvante ou complementar, actuam em situações difíceis no caso de grandes distâncias, ambientes ruidosos, junto de um doente etc. ou em situações anormais – por surdos-mudos, por lesados nas cordas vocais, etc.. Para algumas pessoas a comunicação gestual é a forma mais espontânea e mais séria de exprimirem os seus pensamentos e as suas ideias, o carinho ou o ódio, o repúdio ou a aceitação, a franqueza ou a reserva .

Na medida em que estabelecem uma estreita ligação, uma certa transmissão emocional, a música, a dança, a pintura e a escultura também são formas de comunicação. Quando associadas à linguagem, estas formas de comunicação podem facilitar ou enriquecer vigorosamente a expressividade e, logo, a compreensão. Será muito difícil mostrar que nestas formas de comunicação existam unidade (entidades) organizadas em sistemas, como acontece na linguagem.

A comunicação, portanto, entre vários indivíduos de uma sociedade pode-se fazer através de sinais variados. Há, entretanto, que estabelecer uma distinção básica que consiste em separar os fenómenos de significação que não pressupõem uma intenção de comunicar dos que a pressupõem. Assim, por exemplo, a nuvem não existe para anunciar chuva, como o cheiro a queimado não se deve a uma intenção de nos informar sobre a iminência de um incêndio. Muitos outros, pelo contrário, são devidos a uma intenção comunicativa: o apito do automóvel, o gesto de uma criança ou a placa de uma via de trânsito. Por meio dos sinais intencionais procura-se comunicar alguma coisa – a mensagem. Na linguagem humana, a mensagem é construída por meio de “sons produzidos no aparelho fonador com intenção comunicativa e que constituem um sistema complexo, porém extremamente rico e específico do ser humano. Pela sua importância e natureza, distinguimos esses sinais com o nome de *signos linguísticos* ou, simplesmente, *signos*” (Lopes, 1979: 9).

Mesmo tendo constatado que este ou aquele fenómeno revela um propósito de manifestação comunicativa, não se pode, sem mais, considerar que se trate de um fenómeno linguístico; por exemplo, é possível atribuir aos sons dos animais um propósito mais ou menos preciso, mas como se sabe, trata-se de representações diferentes da linguagem humana. Por outras palavras, linguagem humana e comunicação não são sinónimos.

Convém distinguir que há meios de comunicação em que as mensagens são construídas por unidades isoláveis, formalmente sempre idênticas, de mensagem para mensagem, e segundo regras de combinação, também elas fixas, e por isso se chamam meios sistemáticos. As línguas naturais são o exemplo por excelência dos sistemas de comunicação, não obstante não são o único. O código da

estrada, em que o vermelho significa sempre interdição ou o triângulo um perigo, também é um sistema de comunicação. Em outros casos de comunicação, no domínio das artes por exemplo, não há regras estáveis, nem existem unidades fixas utilizáveis na construção das mensagens; são por isso meios assistemáticos. Qual então a característica específica da linguagem humana?

Presentemente, muitos dos sistemas de comunicação, à excepção dos utilizados na comunicação animal, são sistemas criados pelo homem, sistemas artificiais, como o código *morse*¹ ou os códigos secretos, todavia a linguagem é algo natural, cuja aquisição não recorre a qualquer treino em contexto formal.

Outra distinção a fazer é que os instrumentos usados na comunicação (os meios sistemáticos e os assistemáticos) podem construir mensagens por meio de unidades de dois tipos conforme a relação estabelecida entre o significante, parte física ou material do signo, e o significado ou o conceito, o conteúdo notional.

A comunicação entre os indivíduos de uma comunidade faz-se, portanto, através de sinais, em especial acústicos e visuais, intencionalmente produzidos. Entre os sinais de intenção comunicativa, aqueles a que costumamos chamar “palavras” são os que se distinguem de todos os outros.

1.2 · O signo linguístico

A ideia de que o núcleo fundamental da língua reside no *signo* é própria de vários pensadores e escolas de pensamento desde a Antiguidade grega até aos nossos dias. O *signo*, diz Peirce² (1839-1914), “é aquilo que substitui qualquer coisa para alguém. O *signo* dirige-se a alguém e evoca para ele um objecto ou um facto na *ausência* desse objecto e desse facto” (Kristeva, 1969: 22). Embora Peirce tenha feito uma teoria geral dos *signos*, é a Ferdinand de Saussure³ (1857-1913) que devemos o primeiro desenvolvimento exaustivo e científico do signo linguístico na concepção moderna. Para ele, o signo é uma realidade psíquica com duas faces, sendo uma o *conceito* e a outra a *imagem acústica* (*Ibidem*: 23-24).

Evidentemente que o termo *signo* não se generalizou sem que outros tivessem surgido e tivessem sido usados por escolas e linguistas diferentes: sinal, índice, ícone, símbolo e alegoria. O *signo* é uma entidade que marca de modo sensível uma ideia de alguma coisa.

Considerando a língua como um sistema de *signos*, cujo funcionamento repousa na aplicação de um número de regras, ela pode ser encarada como uma convenção social, como um código que permite estabelecer o contacto com algo convencionado pelos que nela

intervêm. Como Ferdinand de Saussure sublinhava, “um código tem de ser elaborado antes da sua utilização, mas não é esse o caso dos códigos que são as línguas do mundo: não esperou que os estudiosos deduzissem o seu modelo teórico. Comunicar será, neste contexto, utilizar um código e cumprir as leis da convenção, partilhando com outros a experiência da utilização da língua” (Didactica, 1998: 14). Usando, portanto, um código, um sujeito falante – **emissor (locutor)** – transmite uma informação – **mensagem** – a um outro **receptor** (interlocutor) – através do **meio** natural, que é o ar, ou através de outro meio (papel, metal, etc.).

O signo linguístico, além de ser convencional, possui uma natureza dupla: é o resultado da associação de dois sinais: um instrumental (plano de expressão), o *significante* e o outro formal (plano de conteúdo) – o *significado*. Isto não só quanto à entidade a que se chama palavra, mas igualmente quanto à frase. Estes dois elementos são inseparáveis: um *significante* sem o *significado* é simplesmente um objecto, *é* mas não *significa*; um *significado* sem *significante* é o indizível, o impensável, o próprio inexistente.

A relação entre o *significante* e o *significado* é puramente contingente, convencional, sem qualquer analogia ou relação intrínseca entre um e outro; basta recordar, que os signos linguísticos variam de comunidade para comunidade (cavalo, *horse*, *cheval*). O *significante* “não se encontra ligado ao objecto que significa por qualquer relação real, anterior à relação significativa, sendo esta unicamente determinada por um acto extrínseco de denominação, que assume esse determinado objecto material – por exemplo, o *significante* “árvore” –, como sinal de outro – o *significado* “árvore”, e neste, do objecto real que ele mentalmente representa (Lopes, 1979: 15). O princípio básico da relação entre o som e a significação das unidades linguísticas, consiste, na concepção de Saussure, em: “O sinal linguístico é arbitrário”, mostrando que entre eles, som e significação, não há relação, ou melhor, não precisa necessariamente dessa ligação (Kristeva, 1969: 23-24). Basta pensarmos na palavra cão, *perro* (espanhol), *dog* (inglês), *Hund* (alemão), o que demonstra a existência da arbitrariedade linguística (semântica – significativa e fónica – segmento sonoro).

1.3 · A língua – a palavra

Ao introduzir o tema sobre a palavra, nota-se como a presença da linguagem nas páginas da Bíblia é sensível; mistura-se com momentos mais decisivos da história de Israel e por vezes parece fornecer o plano de fundo cuja manifestação são acontecimentos históricos e religiosos.

A *Criação*, tal como a Bíblia a apresenta, é acompanhada

por um acto verbal, “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus” (Jo 1, 1); depois Deus, querendo tirar essa matéria informe das trevas em que estava mergulhada, disse: “Haja luz. E houve luz... Deu à luz o *nome* de dia, e as trevas o *nome* de noite...” (Génesis, 1-3-5).

Para ilustrar o tema, também, toma-se como exemplo, uma parte do texto do Reitor da Universidade da Ilha dos Açores, António Manuel Machado Pires, no artigo – *Linguagem, Linguagens e Ensino*, o qual contém um excerto da obra de Érico Veríssimo (1905-1975), **Viagem à Aurora do Mundo**, onde é apresentado Dagoberto, que faz uma viagem fantástica à Pré-história. Esta personagem, que é também romancista, sofrera um esgotamento com o insucesso da publicação de *As Portas do Tempo*, cujo herói atravessa distraidamente uma porta e se encontra do outro lado em plena Idade Média.

“Um dia o herói sai e deambula pelos subúrbios. Como é poeta, vai distraído com os seus pensamentos de cores tão vivas que passa, sem ver e dar por isso, por uma porta misteriosa. Ora acontece que essa porta é nada mais, nada menos do que uma das muitas portas do Tempo e, de repente, a minha personagem encontra-se em plena Idade Média. Se fosse homem prático e terra-a-terra, o meu herói diria que tudo aquilo não passava de um simples sonho. Mas como era poeta, aceitou desde logo a realidade e passou a viver na Idade Média, na corte ducal, onde, como era de esperar, despertou grande curiosidade [.]. Viveu aventuras emocionantes, amou uma castelã, andou em guerras sangrentas e um dia, distraído a correr atrás de uma borboleta, tornou a enveredar por umas das portas misteriosas e encontrou-se de novo na sua rua, a caminho de casa” (Pires, 1981: 13).

A viagem do herói de Érico Veríssimo é repetida em todas as épocas, em todos os tempos, para todos os quadrantes do espaço e da história, do acontecido e do acontecível, do mítico e do fabuloso, do grotesco e do sublime. A porta que ele transpôs é a linguagem, a condição para descobrir é ser poeta. O poeta é o criador de arte pelas palavras, pelo jogo das metáforas, das ambiguidades.

O reino das palavras nos versos de Miguel Torga (1907-1995) assim se caracteriza:

*Passa um rei – é o Poeta.
Não pela força de mandar
Mas pela graça mágica e secreta
De imaginar...*

“A imaginação age sobre as palavras com elementos extremamente dúbios, captáveis diferentemente, organizando-se como

um arsenal de potencialidades imprevisíveis, variáveis, caprichosas. A ambiguidade é um dos destinos mais certos de toda a linguagem humana” (*Ibidem*: 13).

Tudo é simbólico na linguagem, consoante é salientado por Ernst Cassirer que o homem é um “*animale symbolicum*” não tão racional como dizem os filósofos. O homem interpõe entre o estímulo e a reacção um complicado sistema de símbolos. Linguagem é o campo de forma simbólica por excelência pois é aquele a que os outros se reduzem” (*Ibidem*: 21).

No **Romanceiro da Inconfidência** no Romance LIII ou das **Palavras aéreas**, da inconfundível Cecília Meireles (1901-1964), encontra-se uma estrofe repleta de significado:

Ai, palavras, ai, palavras
Que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras, ai palavras
Sois de vento, ides no vento,
No vento que não retorna,
E, em tão rápida existência,
Tudo se forma e transforma.
Sois de vento, ides de vento,
E quedais com sorte nova!

1.4 · Alguns conceitos linguísticos – linguagem, língua e fala

Seja qual for o momento em que se tome a linguagem, seja nos mais afastados períodos históricos, nos povos ditos selvagens ou na época moderna, ela apresenta-se invariavelmente como sistema extremamente complexo, em que é possível identificar características bastante distintas.

Em primeiro lugar e analisada a partir do meio exógeno, a linguagem reveste-se de um carácter material diversificado cujos aspectos e relações se torna necessário conhecer: a linguagem é uma cadeia de sons articulados, mas também uma rede de marcas escritas (uma escrita), ou um jogo de gestos (uma gestualidade). Ao mesmo tempo, esta materialidade falada, escrita ou gesticulada produz e exprime isto é, comunica, aquilo a que chamamos de pensamento. O conceituado reitor de Salamanca, Unamuno, insiste na importância da linguagem na formação da pessoa quando afirma: “El pensamiento depende del lenguaje, puesto que con palabras se piensa” (Unamuno, 1993: 231).

Em segundo lugar, poucas palavras possuem significação tão extensa quanto à palavra linguagem. Ao ouvi-la, é possível as-

sociá-la a uma série de expressões, cada uma empregando o termo de forma diferente: “linguagem popular”, “linguagem de programação”, “linguagem do cinema”. Nestas expressões, linguagem é uma palavra sempre relacionada a fenómenos comunicativos. Onde há linguagem, há comunicação: como o homem é um ser social, a sua necessidade de estabelecer comunicação é praticamente ininterrupta e indispensável. Enviando ou recebendo mensagens por meio de um código, o ser humano satisfaz a sua necessidade comunicativa, criando a actividade denominada de linguagem. A linguagem é, por conseguinte, a faculdade que o homem tem de se exprimir e comunicar por meio da fala.

O ser humano pensa, medita, comunica-se através da linguagem. A linguagem apresenta-se como fenómeno tão polifacético e que impregna em medida tão considerável as restantes manifestações do homem – sendo inclusive a expressão de algumas delas – que as confusões e parcialidades ocorrem, talvez, neste campo com mais facilidade do que em outros. A linguagem, como acto da fala, realiza-se em cada caso segundo uma técnica determinada historicamente, ou seja de acordo com *uma língua*, ensina o mestre de Tubinga, Eugénio Coseriu: “Falar *uma língua* não uma linguagem. A linguagem é um facto social e a língua simplesmente se impõe aos falantes. O ser humano vive num mundo linguístico que ele mesmo cria como ser histórico” (Coseriu, 1977: 32). E continua: “No domínio linguístico existem três níveis de saber: saber educacional, saber idiomático e saber expressivo. Os três ocorrem conjuntamente no falar, nos discursos, ou seja, nos diferentes actos linguísticos e nas séries conexas de actos linguísticos” (*Ibidem*: 32).

Individualmente, é viável optar por esta ou aquela forma de expressão no momento de comunicar, contudo, individualmente não é possível criar uma língua particular. Cada indivíduo pode fazer uso próprio e personalizado da língua comunitária, originando a fala, que nasce da inelutável necessidade humana de comunicação, todavia condicionada pelas regras socialmente estabelecidas da língua, porém, suficientemente ampla para permitir um exercício criativo da comunicação. Portanto a fala é, segundo a definição do linguista Ferdinand de Saussure, “um acto individual de vontade e inteligência: 1) as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua; 2) o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações. A fala é, em suma: a) combinações individuais pessoais introduzidas pelos sujeitos falantes; b) actos de fonação necessários à execução dessas combinações” (Kristeva, 1969: 20).

Cada povo exerce a capacidade de se comunicar através de um determinado código linguístico, ou seja, utilizando um sistema de signos vocais distintos e significativos, que se dá o nome de língua ou idioma. A língua é o idioma de um povo que o faz comunicar-se

e abrir campos para a expressão de sentimentos, vontades e ideias. Criação social da mais alta importância, a língua é por excelência o veículo do conhecimento humano e a base do património cultural de um povo.

O carácter social de uma língua é precisamente a sua característica mais marcante em relação à comunidade que a utiliza. Como afirmou Saussure, a língua “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade” (De Nicola e Infante, 1997: 18).

Neste contexto, é imprescindível e interessante recordar o momento em que a língua grega, sob o domínio político do imperador Alexandre o Grande (356 a. C. - 323 a. C.), começou a constituir-se lentamente uma língua comum, que em grego se designa por *koinê*, expandindo-se sobremaneira ao longo de todo o período helenístico.⁴ Embora a supremacia grega tenha chegado ao fim com a invasão que sofreu, por parte dos Romanos, em 146 a. C., a unidade linguística veio a prolongar-se até ao século VI da nossa era.

Mais tarde, com o surgimento de Roma e o alargamento do seu Império que entre, os séculos III a. C. e II d. C., se estendia da Península Ibérica ao rio Eufrates, do deserto do Sara (em África), à Grã-Bretanha e aos rios Reno e Danúbio, no centro da Europa, o latim tornar-se-ia o elemento unificador dos povos romanizados. Os Romanos, de modo a consolidar a sua presença nos territórios conquistados e com vista a conseguir a integração dos povos dominados, utilizaram vários processos, entre os quais a sua língua, língua da pequena tribo do Lácio da Península Itálica, que foi o veículo para a concretização dessa unidade territorial e que se tornou através dos séculos, sob a forma escrita e erudita, a língua comum por excelência da cultura ocidental. Dessa forma os senhores de Roma souberam e praticaram a verdade: “a língua é um dos mais poderosos factores de coesão e de unidade”(Clemente, 1994: 14).

Com o desmoronamento do Império Romano a unidade linguística vai se enfraquecendo e vão surgindo as línguas românicas, algumas pela força do poder político, outras pelo prestígio dos escritores. Após elas se terem sobreposto aos demais dialectos existentes no mesmo território tornaram-se língua comum. Mas foi só no seu nível familiar e sob a forma oral, que o latim evoluiu e se diversificou, dando origem à grande família das línguas românicas: o italiano, o castelhano, o português, o francês, o romeno e ainda o catalão, o provençal, o romanche, o corso etc..

Segundo Clemente (14-15), o filósofo da História, H. Schneider, considera o que ele chama de “poesia clássica” o padrão

comparativo de culturas diferentes. Em todas estas, ocorreria um momento característico e definidor, manifestado na tal *poesia clássica*, “que personifica o carácter próprio da nacionalidade para a consciência do povo e dos seus vizinhos”. Baseado nisto, ele toma como ponto de referência Plauto, para Roma, em 254 a C.; Ésquilo, para a Grécia, em 525 a. C.; Dante, para a Itália, em 1265; Santillana, para a Espanha, em 1398; Shakespeare, para a Inglaterra, em 1564; Corneille, para a França, em 1606; Goethe, para a Alemanha, em 1749; Tolstoi, para a Rússia, em 1817. O ponto de vista de H. Schneider é de perspectivar a história das línguas com outros enfoques que se prendem aos movimentos políticos, como os séculos XI e XII para Portugal, época das lutas da Reconquista, movimento contra o domínio mulçumano na Península Ibérica, e o início da nação portuguesa, em que se vai impondo o galaico-português. Até então tinha sido o galaico-português, a língua formada na região correspondente à actual Galiza e ao norte de Portugal, que dominava toda a literatura lírica da Península Ibérica. A este propósito, G. Fessard diz que a língua “representa, na origem do grupo social, o mais poderoso factor de unidade, por ser condição de todos os outros elementos culturais que diversificam nas nações” (*Ibidem*: 15).

A língua comum, de cada comunidade ou país, constituiu-se em traço-de-união entre os diversos falares e os milhões de falantes, ponto de encontro, instrumento aceito de intercomunicação, de selo de unidade, sinal de pertinência à mesma grande comunidade idiomática.

1.5 · A materialidade da linguagem

Para Kristeva (1969: 29), “a concepção da linguagem como “chave” do homem e da história ocidental, como meio de conduzir às leis de funcionamento da sociedade, essa talvez constitua uma das mais importantes características da nossa época”.

A linguagem, cuja prática o homem sempre dominou - que constitui um todo com o homem e com a sociedade, aos quais está intimamente ligada -, essa linguagem, mais do que em outro momento da história, pode, agora, ser estudada para ser captada enquanto objecto de conhecimento particular, susceptível de dar acesso não apenas às leis do seu funcionamento, mas também a tudo que resulta da ordem social.

Como objecto específico de conhecimento, a linguagem deixa de ser um exercício que se ignora a si próprio para se por a “falar as suas próprias leis”, quer dizer que colocada à distância vai permitir ao sujeito falante (o homem) não se considerar já como uma entidade soberana e indecomponível, mas analisar-se como um sistema falante – a linguagem. É a linguística que estuda a linguagem como objecto

de ciência e que ensina as leis do seu funcionamento.

Falar em linguagem é dizer demarcação, significação e comunicação. Neste sentido, todas as práticas humanas são tipos de linguagem visto que têm a função de demarcar, de significar, de comunicar.

Definida, pela linguística, como um conjunto de diferenças estabelecidas que fundamenta a significação e a comunicação, a língua está longe de ser uma idealidade pura. Ela realiza-se por e numa matéria concreta e nas leis objectivas da sua organização ou seja, o corpo da linguagem em si mesmo apresenta uma materialidade duplamente discernível: 1) no aspecto fónico, gestual ou gráfico de que a língua se reveste, não há linguagem sem som, sem gesto ou escrita; 2) na objectividade das leis que a organizam os diferentes subconjuntos do conjunto linguístico, e que constituem a fonética, a gramática, a estilística a semântica, etc.. Estas leis reflectem as ligações objectivas entre o sujeito falante e a realidade exterior; reflectem igualmente relações que regulam a sociedade humana, sobredeterminando, ao mesmo tempo, essas ligações e essas relações (*Ibidem*: 29).

Relativamente à distinção linguagem-língua-fala, anteriormente descrita, hoje, discutida e muitas vezes rejeitada por certos linguistas modernos, serve no entanto para situar de um modo geral o objecto da linguística. Mesmo para Saussure, essa distinção, implica uma divisão do estudo da linguagem em duas partes: a que examina a língua, e que por conseguinte é social, independente do indivíduo e “unicamente psíquica”; e outra, psicofísica, que observa a parte individual da linguagem: a fala, incluindo a fonação. Na realidade, as duas partes são inseparáveis uma da outra. Para que a fala se possa produzir, a língua é necessária anteriormente, mas ao mesmo tempo não há língua em abstracto sem o exercício da fala (*Ibidem*: 20).

Saussure estabeleceu, além da distinção língua-fala, uma outra oposição fundamental para os estudos da linguagem: a diacronia e a sincronia.

A primeira analisa a língua a partir da sua evolução ao longo do tempo. Contar a história da língua portuguesa, mostrando suas diferentes fases evolutivas, é fazer a linguística diacrónica.

A sincronia, por seu lado, procura explicar o funcionamento de uma língua num dado momento do tempo, preocupando-se apenas com a sua maneira de ser. Descrever como é a língua portuguesa falada no Brasil, hoje, é fazer linguística sincrónica.

O estudo sincrónico de uma língua revela a existência de muitas variações. Inicialmente, há a diferença entre a língua falada e a língua escrita, dois meios de comunicação diferentes, conforme se utilizem signos vocais (expressão oral) ou sinais gráficos (expressão escrita).

1.6 · Língua falada

Sempre que é feita referência à língua que se usa na comunicação diária, é provável que se pense logo em palavras escritas e textos impressos. Esse é um hábito comum às pessoas que pertencem a uma sociedade letrada, isto é que possui um sistema de escrita. A modalidade falada da língua, nesses casos, é normalmente encarada como secundária em relação à escrita, que adquire uma importância elevada na conservação e propagação da cultura. A fala parece limitada às conversas familiares, aos contactos mais informais; tudo o que existe de importante deve ser escrito.

As sociedades primitivas, ainda existentes, são desprovidas de escrita. Elas têm as suas próprias línguas, adequadas à expressão das suas realidades culturais. A nossa própria experiência linguística diz que se aprende a falar antes de saber ler e escrever. De facto, a fala sempre precede à escrita. Por isso, muitos estudiosos da linguagem afirmam que o verdadeiro estudo das línguas deve ser feito a partir da fala, e não da escrita.

Apesar dos numerosos trabalhos sobre diversos tipos de escrita que a humanidade elaborou através dos tempos, a ciência actual ainda não propôs uma teoria satisfatória da escrita, da sua relação com a língua e das regras do seu funcionamento. Desenvolveu-se uma discussão de carácter metafísico sobre a questão de saber o que é que estava na origem: a linguagem vocálica ou o grafismo. Van Ginneken, baseando-se nos trabalhos do estudioso chinês Tchang Tcheng-Ming, defendeu, contrariamente à opinião da maioria, a tese da anterioridade da escrita em relação à linguagem fonética. Apoiava-se no facto de que a escrita chinesa, por exemplo, parecia imitar a linguagem gestual, que por conseguinte seria anterior à linguagem fonética (Kristeva, 1969: 34).

O problema da “prioridade” do escrito sobre o vocal, ou inversamente, não pode ter um sentido histórico, mas apenas puramente teórico: se admitirmos que o traço (o escrito) é uma marca da diferença que constitui a significação, e que como tal é inerente a qualquer linguagem, incluindo a fala vocal, o fonético é já um traço apesar da matéria fonética ter contribuído para o desenvolvimento no sistema da linguagem de particularidades que a escrita talvez tivesse marcado de outra forma. Na troca social, o fonético obteve uma independência e uma autonomia, e a escrita surgiu num segundo tempo para fixar o vocalismo (*Ibidem*: 34).

O adjectivo *oral* tem na sua raiz a palavra latina *os, oris* que significa boca ou tudo que se refere à boca e, de facto, foi utilizando determinados órgãos situados na boca (lábios, língua, dentes, palato) – e não só, pulmões, garganta, ou nariz – que o ser humano criou um sistema de comunicação. Quanto ao qualificativo *verbal*, nesta

expressão ele deve ser relacionado não com o termo latino original, *verbum*, que queria dizer “palavra”, enquanto conjunto de sons com significado.

A linguagem humana utiliza o som, gerado pelo aparelho fonador cuja percepção é obtida pelo aparelho auditivo, como maneira básica e generalizada de expressar os sentidos. Trata-se, por conseguinte, de uma linguagem oral, de uma linguagem verbal.

O estudo dessa parte tão importante, mas ao mesmo tempo tão esquecida da língua é feito pela fonologia (De Nicola e Infante, 1997: 28).

A partir de sons que formam a língua portuguesa, observe o exemplo:

Três dias

Três tias

Graficamente, a única diferença entre elas é a oposição da letra **d** à letra **t**. A letra **d** representa um som diferente daquele representado pela letra **t**. À diferença gráfica corresponde uma diferença sonora. E é justamente a oposição entre esses dois sons diferentes (representados por letras também diferentes) que gera os diferentes significados das frases. Assim, percebe-se que há pequenos sons capazes de estabelecer diferenças de significado dentro de uma língua. Esses sons são os fonemas.

Observe as palavras abaixo:

má pá fá lá cá chá

As sucessivas trocas das letras iniciais implicam a produção de diferentes sons iniciais capazes de modificar o significado das palavras. Essas diferentes letras representam, pois, diferentes fonemas. Infelizmente, não há perfeita correspondência entre as letras utilizadas na língua escrita e os fonemas que elas procuram representar

No caso da língua portuguesa sob este aspecto há incoerências profundas. Uma mesma letra pode representar fonemas diferentes. É o que ocorre com o **x** em palavras como próximo, exemplo, peixe, táxi etc. (*Ibidem*: 29).

O ser humano comunica, então, sobretudo, por meio da linguagem oral, embora se possa recorrer a gestos ou à escrita. A utilização do sistema vocal permite-lhe comunicar tudo, por meio da combinação de uma série muito limitada de sons, ainda que em conjuntos de forma e extensão muito variadas.

1.6.1 · Características da língua falada

Torna-se difícil ou quase impossível ter conhecimento da experiência pela qual os membros de culturas exclusivamente orais

passaram antes da invenção da escrita. Embora, a oralidade primitiva jamais possa ser recuperada, as características orais da língua, que relembram a oralidade primitiva dos tempos pré-históricos, permaneceram em ambas as expressões: falada e escrita. Destes vestígios alguns estudiosos identificaram sete características relativas à língua oral como traço distintivo da escrita (Kramsh, 2000: 37-48):

- A fala é mais transitória do que permanente;
- Por causa da sua natureza dialógica (da interação oral), a fala é aditiva no sentido de que os locutores, para manter o diálogo, possam acrescentar palavras;
- A fala agrega também expressões anteriormente repetidas, frases feitas para manter o diálogo entre os interlocutores;
- A fala é redundante e copiosa porque os locutores tendem a usar repetições, paráfrases e afirmações ou redundâncias, quando estão certos de que não são ouvidos, compreendidos ou lembrados pelos seus interlocutores;
- A fala é gramaticalmente estruturada de maneira menos correcta e lexicalmente mais escassa;
- A fala tende a ser mais centrada no indivíduo ou num público pois, diante da necessidade de manter uma conversa com os ouvintes, os locutores não só focam o assunto, como tentam prender a atenção e cativar os ouvintes através de emoções. Portanto, é mais espontânea, mais solta, viva. É mais comunicativa e insinuante, porque as palavras são fortemente subsidiadas pela sonoridade e inflexões da voz, pelo jogo fisionómico e a gesticulação (mímica), recursos estes que a língua escrita desconhece. O discurso de um orador inflamado é muito mais belo e empolgante do que lido.
- A língua falada, estando perto do seu contexto de produção, é considerada mais dependente do contexto.

1.7 · Língua escrita

A língua escrita não acompanhou tão rapidamente o processo da expressão oral, não obstante ser mais estável e susceptível de perpetuação.

As ciências arqueológica e antropológica, quando remontam na história, consideram as verdadeiras escritas, os traços, gramas e grafismos complexo. Os traços mais antigos foram situados e propagados, sobretudo, aproximadamente 35 000 antes da nossa era, durante

o período de Châtelperron. São entalhes na pedra ou no osso, sem nenhuma figuração que permita supor que a escrita seja mimética, que copie ou represente uma *imagem* já existente, ou mais tarde um fonetismo estabelecido. Outros achados paleontológicos confirmam a tese segundo a qual as primeiras escritas marcavam o ritmo e não a forma, de um processo em que se engendra a simbolização, sem se tornarem por isso uma representação.

Por volta do ano 20 000 antes da nossa era, a figuração gráfica é corrente e evolui rapidamente para atingir por volta de 15 000 uma perfeita técnica de gravura e de pintura quase igual à época moderna. É surpreendente verificar que as representações humanas perdem o seu carácter “realista” e se tornam abstractas, construídas por meio de triângulos, quadrados, linhas, pontos, como nas paredes das grutas de Lascaux, enquanto os animais são representados de uma forma realista, que se esforça por reproduzir a sua forma e o seu movimento (Kristeva, 1969: 36).

A ciência da escrita, sistematizando os dados arqueológicos relativos às diversas escritas, distinguiu três tipos: escrita *pictográfica*, escrita *ideográfica* (ou hieroglífica) e a escrita *fonética* (ou alfabética). Actualmente esta tipologia tradicional é contestada e substituída por uma classificação dos sistemas de escrita em cinco categorias:

1 - Os frasogramas: são inscrições que transmitem mensagens inteiras em que não distinguem as diversas palavras. O termo foi proposto pelo americano Gelb, e aproxima-se da expressão escrita sintética proposta por Fèvrier. Os frasogramas podem ser divididos em dois grupos:

- a) os pictogramas – são desenhos complexos ou uma série de desenhos que fixam um conteúdo sem se referirem à sua forma linguística. Este tipo de escrita foi utilizado pelos índios da América e pelos Esquimós, por exemplo. E era usado para ilustrar situações concretas. Por isso, sendo instável e conjectural, o pictograma não pôde desenvolver-se numa verdadeira escrita;
- b) os signos convencionais – como os signos totémicos, os tabus, os signos mágicos, os signos das diferentes tribos. Utilizados isoladamente e sem relação constante com os outros signos, não puderam formar um sistema de escrita.

2 - os logogramas (do grego *logos*) – são marcas das diferentes palavras. Proposto por Bloomfields, Gelb, Istrine, etc., este termo substitui o termo impreciso de *ideograma*. Cohen emprega “signos-palavras” e Fèvrier “escrita-palavra”. Por conseguinte chama-se logogramas às escritas ordenadas como a dos Chineses, a dos Sumérios e, em parte, a dos Egípcios.

3 - os morfemogramas – marcam as diversas partes da palavra, os morfemas.

4 - os silabogramas – são escritas que distinguem as diferentes sílabas sem terem em conta o facto de elas coincidirem ou não com os morfemas: Distinguem-se aqui três subcategorias:

- a) ou os signos marcam sílabas de diversas construções fonéticas (escrita assírio-babilónica;
- b) ou os signos indicam unicamente sílabas abertas (escrita micénica);
- c) e, por fim, os signos principais designam unicamente vogais isoladas em combinação com consoantes ou com a vogal *a*.

5 - os fonogramas – são marcas dos elementos fónicos mínimos do encadeamento falado: os fonemas. Existem escritas fonéticas consonânticas, cujas letras principais designam as consoantes” (como o alfabeto árabe, hebreu, etc.) e as escritas fonéticas vocalizadas (como o alfabeto grego, latino, eslavo) em que os signos tanto marcam as consoantes como as vogais.

Estes tipos de escrita revelam uma concepção da linguagem elaborada a partir do modelo da língua falada. Embora se tenha dado um passo em frente em relação à distinção clássica pictograma-ideograma-fonograma, este processo não faz mais do que transpor para o plano da escrita o saber que temos da língua falada. A escrita é considerada uma *representação* do falado, o seu duplo fixador, e não uma matéria particular cujo combinatório obrigue a pensar um tipo de funcionamento da linguagem diferente do fonético. Portanto, a ciência da escrita parece estar amarrada a uma concepção segundo a qual *linguagem* se confunde com a *linguagem falada*, articulada segundo as regras de uma certa gramática. Depois de Saussure, Antoine Meillet, insigne linguísta francês, expressava assim, em 1919, esta posição:

“Nenhum desenho é suficiente para reproduzir graficamente uma língua, por mais simples que seja a estrutura dessa língua. Há muitas palavras cujo valor não se deixa exprimir claramente por nenhuma representação gráfica, mesmo se dermos à representações o valor mais simbólico. E sobretudo a própria estrutura da língua não é exprimível através de desenhos que representem os objectos: só há língua quando existe um conjunto de processos gramaticais... Portanto a estrutura da linguagem levava necessariamente a anotar os sons; nenhuma notação simbólica era satisfatória” (Kristeva, 1969: 40).

Hoje em dia, sob influência das investigações filosóficas e do conhecimento da lógica do inconsciente, alguns investigadores consideram os diversos tipos de escrita como tipos de linguagem que não

têm forçosamente necessidade de expressão fonética, como pensava Meillet, e que representam assim práticas significantes particulares, desaparecidas ou transformadas na vida do homem moderno.

A representação da língua escrita é feita por meio de caracteres, que se condicionam à volta de trinta, nas línguas ocidentais, e, combinados, permitem a escrita de qualquer palavra da língua que o adopta. No início, o alfabeto apresentava somente as consoantes, dando oportunidade ao leitor de colocar as vogais, como por exemplo, ocorre ainda hoje com o hebraico.

A língua escrita não é a simples representação gráfica da língua falada, mas sim um sistema mais disciplinado e rígido, uma vez que não conta com a significação paralela da mímica e da entoação.

A língua escrita tornou-se uma actividade social, enquanto processo de comunicação entre escritor e leitor, e cultural, quando o texto que o escritor produz tem leitores e ambos partilham um sistema cultural e social dentro do qual a comunicação escrita tem funções, conhecidas e partilhadas por uns e por outros.

Se escrever é uma actividade de tipo social, comunicativa, inserida num meio cultural que lhe dá sentido, parece claro que escrever adquirirá valor para a pessoa quando esta tiver algum dos valores que considera relevantes para ela e para os leitores.

O conhecimento da língua é a constante preocupação dos escritores, não apenas com a língua exemplar, mas com incursões no domínio da lingüística, visando o uso dos termos próprios, a exatidão semântica, a construção sintática e ainda a estrutura morfológica. Tal preocupação não é só inerente ao homem culto, mas ao homem falador que ambiciona comunicar facilmente e quer ser entendido.

A língua, em qualquer país, tem uma série de potencialidades que se torna necessário conhecer para mais facilmente se expressar e comunicar.

1.7.1 · Características da língua escrita

Kristeva (1969: 35) elucida o que caracteriza a língua escrita: “a escrita dura, transmite-se, actua na ausência dos sujeitos falantes. Ela utiliza o espaço para nele marcar, lançando um desafio no tempo: enquanto a fala se desenrola na temporalidade, a escrita passa através do tempo representando-se como uma configuração espacial”.

De acordo com Kramsh (2000: 53-59), em oposição à língua falada, a língua escrita pode ser armazenada, recuperada ou “reunida”. A resposta a um texto escrito pode ser dada após um certo tempo, porque a expressão escrita não tem que ser imediatamente contestada como na fala. A língua escrita transporta mais densidade e torna-se

mais prestigiada. Além disso, a característica de permanência da escrita como um *medium* pode facilmente levar as pessoas a supor que o que a escrita expressa é também permanente, daí a importante ligação entre os documentos escritos e a lei.

A informação transmitida pela língua escrita é hierarquicamente ordenada através da estrutura da frase e linearmente arranjada numa página da esquerda para a direita, ou da direita para a esquerda, ou de cima para baixo, conforme as convenções culturais. Uma vez que um texto tem a possibilidade de ser lido por uma audiência desconhecida, o acto de escrever desenvolveu uma estrutura de informação caracterizada por um alto nível de coesão. E ainda, pela ausência de tal contacto directo, por uma necessidade de organizar a informação a longa distância ou por um longo período de tempo e porque o texto pode ser lido e relido sempre que se desejar, a escrita tornou-se um *medium* que estimula a análise e o raciocínio lógico.

A mensagem, sendo recebida de um lugar distante, está mais centrada no tipo de redacção, baseando-se na lógica e na coerência do argumento feito, por isso o escritor tenta transmitir uma mensagem tão clara, coerente e fidedigna quanto possível para que não haja ambiguidade na leitura, uma vez que ele não pode defender, naquele momento, o que escreveu. A mensagem e a sua transferibilidade de um contexto para outro é a principal preocupação.

Na escrita, o escritor tem tempo para acumular informação numa proposição tanto quanto possível, num curto espaço de tempo usando, por exemplo, os recursos sintácticos complexos que uma língua possa oferecer e de evitar redundâncias.

O acto de linguagem quer seja escrita ou falada, é, no seu todo, uma afirmação da posição da seu autor dentro de uma estrutura social numa dada cultura.

1.8 · Linguagem humana – características

Não há dúvidas de que quanto mais o ser humano aprofunda os seus conhecimentos sobre a linguagem, mais ela se apresenta complexa e misteriosa. Uma coisa, porém, é certa, e parece haver unanimidade quanto a esta consideração: a linguagem, entre todas as capacidades e comportamentos que caracterizam o homem, é a propriedade por excelência que nos distingue de outros seres vivos e, provavelmente, a mais importante para nos identificar enquanto seres humanos.

A linguagem está presente, quer no dia-a-dia do contacto com os outros, na fala, na escrita, no gesto, na mente, nos sonhos ou quando se reflecte sobre o ser humano. A linguagem está, por isso, associada tão intimamente com todas as experiências humanas e é

algo tão familiar, que se tem certa dificuldade em encará-la como algo autónomo, analisá-la de forma objectiva, de modo a dar-se conta da sua natureza, das suas regras, dos seus modos de utilização.

Nenhuma abordagem considera a linguagem humana na sua totalidade. Não obstante, de entre as várias perspectivas surgidas em relação à linguagem podem indicar-se três pontos de vista fundamentais: um que a considera um fenómeno individual, sendo frequente ocorrerem estudos sobre a sua aquisição; um outro que estuda a sua natureza estrutural, apresentando-a como forma, como sistema de valores específicos; e finalmente um que a analisa enquanto fenómeno social, abordando questões de comunicação e também, por exemplo, de estatuto social associado a diferentes maneiras de a utilizar.

No âmbito destas diferentes propostas de abordagem e da comparação estabelecida com outros sistemas de comunicação, em particular os sistemas de comunicação animal, têm sido destacadas algumas características comuns a todas as línguas até agora estudadas. Entre elas destacam-se, para além do carácter vocal da linguagem humana (linguagem oral), **a produtividade, a arbitrariedade e a transmissão cultural:**

1 – **A produtividade** – é, provavelmente, a característica mais importante da linguagem humana porque a distingue de todas as outras línguas. O homem pode formar palavras, criar frases sem nunca as ter ouvido e, contudo, ser entendido pelos seus ouvintes ou leitores. Em consequência desta extraordinária característica, a linguagem humana pode satisfazer as nossas necessidades de expressão e comunicação virtualmente sem limites. O linguista americano Noam Chomsky refere “esta capacidade de produzir frases novas nunca antes pronunciadas ou escritas e de entender frases que nunca foram ouvidas ou escritas como “aspecto criativo do uso da língua”. Trata-se de um aspecto relacionado com o facto de o uso que se faz da linguagem não ser comparável a um simples comportamento estímulo-resposta, como no caso das chamadas línguas dos animais (Didáctica, 1998: 19).

Na medida em que o conhecimento que se tem de uma língua, por exemplo, permite ao homem formar um número ilimitado de palavras novas ou combinar palavras de modo a criar unidades maiores e formar frases, também em número ilimitado, consequentemente nenhum dicionário é capaz de listar todas as palavras que existem numa língua.

2 – **A arbitrariedade** – significa que a linguagem humana é arbitrária, ou seja, a palavra utilizada para designar algo não representa qualquer relação com o objecto referido.

Há apenas algumas excepções a esta característica da linguagem. Trata-se de certos casos, como palavras onomatopeicas, cuja pronúncia significa o som próprio da coisa significada.

3 – **A transmissão cultural** – exprime que a linguagem humana é também um legado cultural. A linha principal na transmissão, de indivíduo para indivíduo, do comportamento aprendido, é a transmissão feita pelos progenitores aos filhos. Os membros de cada geração adquirem os hábitos dos genitores e os transmitem a seus próprios descendentes com acréscimos ou modificações que tiveram resultado de suas próprias experiências numa determinada comunidade. E um dos factores importantes no progresso da cultura até sua situação presente tem sido o uso da linguagem. A linguagem humana é, pois, transmissível por meio da cultura em que uma criança vive e se desenvolve. Se uma criança portuguesa for adoptada, ainda muito pequena, por um casal de japoneses, que viva no Japão, crescerá falando perfeitamente o japonês. Há, portanto, um forte peso cultural na aquisição das diferentes línguas maternas do mundo.

Assim, se a faculdade da linguagem é um traço genético, a sua realização passa por partilha cultural. De facto, a aquisição da língua materna só é possível, no seio de uma determinada comunidade linguística, não sendo a vivência da língua, portanto, uma experiência meramente individual, mas antes uma herança colectiva que o ser humano recebe dos seus antepassados, transmitida de geração em geração (*Ibidem*: 21).

Parte II · Cultura

Nesta segunda parte, o presente trabalho pretende introduzir o tema cultura que, ligado à antropologia desde os seus primórdios, tem sido objecto de reflexão ao longo da história dessa ciência. O conceito antropológico de cultura tem sido tema central nos últimos 100 anos e o assunto tem se demonstrado inesgotável, razão pela qual o alcance desta segunda parte será limitada e objectiva, evitando desdobramentos teóricos que o mesmo tem suscitado.

2.1 · Natureza e cultura

A palavra natureza refere-se àquilo que nasce e cresce espontaneamente (do Latim=nascere) ou seja, não aquela que se refere à natureza humana, una e comum a todos os homens, mas a exterior ao ser humano, isto é, a natureza inculta, a que não sofreu a acção do homem. A palavra cultura refere-se àquilo que nasce e é cultivado (do Latim = colere) (Kramsh, 1998: 4). A cultura, ao contrário, não está ligada ao tempo biológico. Segundo Virton (1979: 363) “a cultura é o esforço humano, individual ou colectivo, que põe a natureza ao serviço do homem: o que, emanando do homem e transmitindo-se pelos homens, obriga a natureza a qualificar-se e a produzir efeitos: selecção das plantas, domesticação dos animais, utilização dos recursos minerais e das energias. Por extensão, é também a utilização

que o homem faz de si próprio e dos outros homens na vida social. É, pois, o esforço humano global, pelo qual os membros de uma sociedade determinada se esforçam por dominar e utilizar, para fins que podem ser utilitários, estéticos, éticos ou religiosos, as forças mecânicas ou biológicas da natureza, as relações sociais que têm uns com os outros e as próprias forças biológicas, fisiológicas, mentais e afetivas. A cultura compreende a soma e estruturação de todo o saber, o “saber agir” e o “saber viver” do conjunto dos homens que vivem nessa sociedade”.

O mundo sobre o qual vive a sociedade global constitui, para ela, o substrato material da cultura. A cultura portanto é, em primeiro lugar, a maneira como um povo dispõe da natureza concreta que possui, que a defende contra as incursões de outros povos e que constitui efectivamente o seu espaço vital. Podem distinguir-se então duas características diferentes: (1) os recursos concretos do solo e do subsolo; (2) os processos de utilização destes recursos, isto é, as técnicas. Um recurso natural, todavia, só é verdadeiramente um recurso quando se tem o modo de emprego e a capacidade de dele se servir. Em última análise, a base da cultura não é a natureza inculta, mas uma natureza cultivada.

Esta natureza cultivada, conjunção de natureza pura e de técnica, condiciona, porém não determina os modos de existência de cada povo. Realiza uma certa união, uma certa semelhança dos membros desta sociedade, diferencia-os dos membros das outras sociedades e constitui o contexto mais geral, no qual os indivíduos são formados socialmente.

2.2 · Da natureza à cultura

A oposição de “natureza “ e “cultura” pode trazer outros esclarecimentos acerca da unidade biológica e da grande diversidade cultural humana. Um dilema que permanece como tema central de numerosas polémicas, apesar de Confúcio ter, quatro séculos antes de Cristo, enunciado que “a natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que se mantêm separados” (Laraia, 2004: 10). Desde a Antiguidade, foram comuns as tentativas de explicar as diferenças de comportamento entre os homens a partir das variações dos ambientes físicos.

Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. Segundo o antropólogo Félix Keesing, “não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura desde o início em situação conveniente

de aprendizado” (Keesing, 1961: 184-185).

A espécie humana diferencia-se anatômica e fisiologicamente através do diformismo sexual, mas é falso que as diferenças de comportamento existentes, entre pessoas de sexos diferentes, sejam determinadas biologicamente. A antropologia tem demonstrado que muitas actividades atribuídas às mulheres em uma cultura em uma outra cultura podem ser atribuídas aos homens em outra. A verificação de qualquer sistema de divisão sexual do trabalho mostra que ele é determinado culturalmente e não em função de uma racionalidade biológica.

Embora existam explicações desde a Antiguidade, também, sobre o condicionamento do meio geográfico na diversidade cultural, a partir de 1920, antropólogos como Franz Boas (1858-1949), Wissler (1870-1947), Alfred Kroeber (1878-1960), entre outros, refutaram teorias a respeito do determinismo geográfico e demonstraram que existe uma limitação na influência geográfica sobre os factores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico.

Toma-se, como exemplo, os lapões e os esquimós. Ambos habitam a calota polar norte, os primeiros no norte da Europa e os segundos no norte da América. Vivem, pois, em ambientes geográficos muito semelhantes, caracterizados por um longo e rigoroso Inverno. Ambos têm ao seu dispor flora e fauna semelhantes. Era de esperar, portanto, que encontrassem as mesmas respostas culturais para a sobrevivência em um ambiente hostil. Os esquimós constroem as suas casas (iglus) cortando blocos de neve e amontoando-os num formato de colmeia. Os lapões, por sua vez, vivem em tendas de peles de rena.

A aparente pobreza glacial não impede que os esquimós tenham uma desenvolvida arte de esculturas em pedra-sabão e nem que resolvam os seus conflitos com uma sofisticada competição de canções entre os competidores (*Ibidem*: 184-185).

Um segundo exemplo, transcrito de Félix Keesing, é a variação cultural observada entre os índios do sudoeste norte-americano:

Os índios Pueblo e Navajo ocupam essencialmente o mesmo habitat, sendo que alguns índios Pueblo até vivem hoje em “bolsões” dentro da reserva Navajo. Os grupos Pueblo são aldeões, com uma economia agrícola baseada principalmente no milho. Os Navajos são descendentes de apanhadores de víveres, que se alimentavam de castanhas selvagens, sementes de capins e de caça, mais ou menos como os Apache e outros grupos vizinhos têm feito até os tempos modernos. Mas, obtendo ovinos dos europeus, os Navajos são hoje mais pastoreadores, vivendo espalhados com seus rebanhos em grupos

de famílias. O espírito criador do homem pode assim envolver três alternativas culturais diferentes—apanha de víveres, cultivo e pastoreio—no mesmo ambiente natural, de maneira que não foram factores de habitat que proporcionaram a determinante principal.

Estes dois exemplos mostram que não é possível admitir a ideia do determinismo geográfico, ou seja, a admissão da “acção mecânica das forças naturais sobre uma humanidade puramente receptiva”. A posição da moderna antropologia é que a “cultura age selectivamente”, e não casualmente, sobre o seu meio ambiente, “explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura”(Ibidem: 183).

As diferenças existentes entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente. A grande qualidade da espécie humana foi a romper com suas próprias limitações: um ser frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura. Mas o que é cultura?

2.3 · O *background* da cultura

Uma das primeiras preocupações dos estudiosos com relação à cultura refere-se à sua origem. Uma das respostas simplificada da questão seria a de que o homem adquiriu, ou melhor, produziu a cultura a partir do momento em que seu cérebro, modificado pelo processo evolutivo dos primatas, foi capaz de assim proceder.

Claude Lévi-Strauss, o mais destacado antropólogo francês, considera que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma. Para Lévi-Strauss, esta seria a proibição do incesto, padrão de comportamento comum a todas as sociedades humanas. Todas elas proíbem a relação sexual de um homem com certas categorias de mulheres (entre nós, a mãe, a filha e a irmã).

Leslie White, antropólogo norte-americano contemporâneo, considera que a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos (White, 1955: 180).

Não se sabe exatamente em que ponto da evolução humana apareceu a capacidade de transmitir de um indivíduo para outro o comportamento adquirido. Foi, provavelmente, a longa associação entre pais e filhos, durante o período em que estes mais prontamente

adquiriram hábitos, que tornou possível a transmissão, em larga escala, desse comportamento. Se a transmissão de hábitos entre os animais é estritamente limitada para os homens torna-se mais rápida e completa, tanto na aprendizagem como na comunicação, transmitindo de pais para filhos maior número de comportamentos aprendidos, e têm maior número de variantes de herança social.

O predomínio actual do ser humano em relação aos animais deve-se, em parte, à sua capacidade mental superior, substanciada pelas as ideias, os hábitos e as técnicas que lhe foram transmitidos pelos seus ancestrais. Ao nascer, numa sociedade qualquer, a criança descobre que a maioria dos problemas, que se lhe apresentam durante a sua vida, foram enfrentados e resolvidos pelos que viveram antes dela. Cabe-lhe apenas aprender as soluções. Se conseguir fazer este aprendizado com êxito, não terá necessidade de muita inteligência. Logo, este acumular e transmitir de ideias e de hábitos é frequentemente apresentado como atributo puramente humano (Vilela, 1981: 77).

Só alguns hábitos particularmente favoráveis têm probabilidade de se tornar herança social de toda uma espécie mamífera. Essas espécies têm em geral distribuição bastante ampla, de maneira que os indivíduos que as compõem estão sujeitos a diversos ambientes variados. O *Homo sapiens* tem distribuição mais ampla que qualquer outra espécie mamífera; e mais que qualquer outra, possui capacidade para adaptar-se rapidamente, tanto a nível do comportamento individual quanto do grupal. Não é por conseguinte surpreendente que a herança social desta espécie se tenha subdividido num vertiginoso conjunto de variantes locais, sendo alguns dos hábitos, em cada uma dessas variantes, diferentes dos encontrados nas demais.

Em cada um desses aspectos, a condição humana é resultante do desenvolvimento ordenado de tendência já existente no nível subumano. Ao mesmo tempo, não é possível deixar de reconhecer que estas capacidades humanas, cada uma das quais pode ser remontada até ao nível animal, produziram pela sua interação alguma coisa nova e única. A cultura embora desenvolvida a partir de um *background* animal não se assemelha a nada que se encontre entre os animais. A cultura foi produzida por uma das espécies mamíferas mas foi ela, por sua vez, que tornou humana esta espécie. Para os seres humanos, esta herança é chamada cultura.

Sem a presença da cultura para conservar as vitórias passadas e moldar cada geração sucessiva e seu padrão, o *Homo sapiens* nada mais seria que um ser ligeiramente diferente, em estrutura e ligeiramente superior em inteligência, ao chimpanzé e ao gorila (*Ibidem*: 85-86).

2.4 · O desenvolvimento do conceito de cultura

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *civilization* se referia principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *culture*, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor, 1958: 1). Com esta palavra Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o carácter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

O conceito de cultura, pelo menos como utilizado actualmente, foi portanto definido pela primeira vez por Tylor. No entanto, a ideia de cultura, com efeito, estava ganhando consistência talvez mesmo antes de John Locke (1632-1704) que, em 1690, ao escrever **Ensaio acerca do entendimento humano**, procurou demonstrar que a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada de capacidade ilimitada de obter conhecimento, através de um processo que hoje chamamos de endoculturação.

Com referência a John Locke pode citar-se o antropólogo americano Marvin Harris (1969) que expressa bem as implicações da obra de Locke para a época: “Nenhuma ordem social é baseada em verdades inatas, uma mudança no ambiente resulta numa mudança no comportamento”.

Meio século depois, Jacques Turgot (1727-1781), ao escrever o seu **Plano para dois discursos sobre história universal**, afirmou:

“Possuidor de um tesouro de *signos* que tem a faculdade de multiplicar infinitamente, o homem é capaz de assegurar a retenção de suas ideias *eruditas*, comunicá-las para outros homens e transmiti-las para os seus descendentes com uma herança sempre crescente” (Laraia, 2004: 26).

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em seu **Discurso sobre a origem e o estabelecimento da desigualdade entre os homens**, em 1775, seguiu os passos de Locke e de Turgot ao atribuir um grande papel à educação, chegando mesmo ao exagero de acreditar que esse processo teria a possibilidade de completar a transição entre os grandes macacos (chimpanzé, gorila e orangotango) e os homens.

Foi com Alfred Kroeber, antropólogo americano, que, em

1950, ao escrever o seu artigo **O Superorgânico** mostrou como a cultura actua sobre o homem e que graças à cultura a humanidade distanciou-se do mundo animal. Mais do que isso, o homem passou a ser considerado um ser que está acima das suas limitações orgânicas.

O seu pensamento pode ser melhor compreendido a partir da leitura deste seu trecho:

“Não se pode ignorar que o homem, membro proeminente da ordem dos primatas, depende muito do seu equipamento biológico. Para se manter vivo, independente do sistema cultural ao qual pertence, ele tem de satisfazer um número determinado de funções vitais, como a alimentação, o sono, a respiração, a actividade sexual etc.. Mas, embora estas funções sejam comuns a toda a humanidade, a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra. É esta grande variedade, na operação de um número tão pequeno de funções, que faz com o homem seja considerado um ser predominantemente cultural. Os seus comportamentos não são biologicamente determinados. A sua herança genética nada tem a ver com as suas acções e pensamentos, pois todos os seus actos dependem inteiramente de um processo de aprendizado”(Ibidem: 36-49).

Uma das tarefas da antropologia moderna tem sido a reconstrução do conceito de cultura, fragmentado por numerosas reformulações.

Apesar de fortes divergências entre estudiosos como Marshal, Sahlins, Harris, Carneiro, Rappaport, Vayda e outros, eles concordam que:

1. “Culturas são sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos”.
2. “Mudança cultural é primariamente um processo de adaptação equivalente à selecção natural”.
3. “A tecnologia, a economia de subsistência e os elementos da organização social directamente ligada à produção constituem o domínio adaptativo da cultura”.
4. “Os componentes ideológicos dos sistemas culturais podem ter consequências adaptativas no controle da população, da subsistência, da manutenção do ecossistema etc.” (Laraia, 2003: 60).

O termo cultura, utilizado em sentido geral, diz respeito à herança social total da humanidade. Assim, cultura como um todo, compõe-se de grande número de culturas, cada uma com sua maneira própria (semelhante ou diferente da dos outros) de dominar (mais ou

menos) a natureza, de organizar as suas relações sociais, de unificar (mais ou menos) a personalidade dos seus membros. Esta simples enumeração permite compreender que a cultura engloba não só o que se chama “estruturas da vida social” como o que se chama “condutas sociais” (comportamentos e atitudes).

Para efeito deste estudo, a cultura é definida no sentido do “conjunto de padrões de comportamentos transmitidos de geração em geração numa comunidade e cujos membros partilham um espaço social comum, a mesma história e os mesmos pensamentos (mesmo quando eles deixam a sua comunidade, não importa onde eles estejam, conservam o mesmo sistema de padrões quanto às crenças e atitudes)” (Vilela, 1981: 92-93). Essa herança social veio a ter dupla função: serve para adaptar o indivíduo ao seu lugar na sociedade, bem como ao seu ambiente natural.

2.5 · Cultura oral¹

Assim como as línguas, as culturas podem ser classificadas em: orais ou ágrafas, desprovidas de escrita e culturas gráficas, portadoras de escrita. E estas ainda subdivididas em representação gráfica de ideias e representação gráfica de sons, resumindo, ideogramas e fonogramas.

Infelizmente, é de todo impossível precisar em que ponto da evolução humana a linguagem apareceu pela primeira vez, ou traçar o caminho pelo qual ela se desenvolveu até a sua eficácia actual de expressar ideias.

O período mais antigo e mais longo do passado da humanidade desenvolveu-se ao longo de milhões de anos desde o aparecimento dos primeiros homínídeos até à invenção da escrita (4000 a. C.). No decorrer desta longa etapa, as formas de vida e as manifestações artísticas e religiosas não foram sempre as mesmas. Por isso, os historiadores dividem a Pré-história em duas épocas: o Paleolítico (sociedades recolectoras) e o Neolítico (sociedades produtoras). Nesta época, com a sedentarização (habitação fixa) do Homem, surgiram expressões de arte (pinturas e esculturas) mais ricas.

É provável que a linguagem, tão necessária à existência do homem, tal como a conhecemos, se tenha desenvolvido juntamente, se não antes, com os primeiros instrumentos criados pelo homem e com a utilização do fogo, no Paleolítico, já produzido pelo *Homo erectus*. Com efeito, muitas foram as consequências que resultaram do seu emprego, entre elas: a modificação da sua dentição e dos seus maxilares que, progressivamente, se tornaram iguais aos que possuímos e o aumento dos laços de convivência social ao redor da fogueira.

De acordo com os achados arqueológicos, a Europa viu florescer desde o VII milénio a. C., uma civilização cujos vestígios se encontram ao longo das regiões que se estendem a oeste do continente, ao longo de toda a costa marítima, da Península Ibérica à Dinamarca, cobrindo a França e Grã-Bretanha. Trata-se da civilização que marcou profundamente a história da humanidade, a arte rupestre (pintura de animais nas paredes das cavernas) e os megalíticos (sepulturas ou monumentos religiosos – menires – alinhamento de enormes blocos de pedras – e os dólmens ou antas – blocos de pedras superpostas umas nas outras). O fenómeno do megalitismo² está representado em todos os continente, excepto a Oceânia, e encontra-se associado a comunidades que praticavam actividades agro-pastoris (Barreira e Moreira, 1994: 12-22).

Na Grécia Antiga, fizeram parte da tradição oral as epopeias de Homero (Ilíada e Odisseia), durante séculos até serem por fim escritas.

Posteriormente, entre os séculos XII e XIV, ao lado da cultura produzida pelos mosteiros ou cultura monástica, passaram a existir outras formas de cultura que interessavam às cortes europeias, a cultura cortesã – cultura produzida ou transmitida nas cortes reais e senhoriais e a cultura popular.

A cultura portuguesa da Idade Média (literatura, arte) acompanhou os modelos europeus. Com efeito, os géneros literários e estilos artísticos correntes na Europa tiveram, na generalidade, seguidores em Portugal.

Acorte portuguesa – particularmente no tempo de D. Afonso III e D. Dinis – era frequentada por trovadores (em regra, elemento da nobreza e autor de cantigas medievais) e jograis (em geral, elemento do povo que se limitava a cantar e a tocar) que aí cantavam, acompanhados por música, cantigas de amor. Nestas produções literárias o único tema tratado era o amor que o autor exprimia a uma dama de quem exaltava a beleza. A dama, à maneira feudal, era considerada pelo poeta como um senhor, um suserano, de quem dependia, como vassalo. Este género literário era originário da região francesa da Provença, sendo trazido para a Península Ibérica por jograis que o transmitiram de corte em corte. As poesias portuguesas, feitas à maneira provençal, eram contudo menos ricas em imagens e vocábulos que as francesas (Ibidem: 256).

Para além deste género literário, as cortes reais e senhoriais ou palacianas apreciavam os feitos dos heróis dos romances de cavalaria. A aristocracia medieval tinha na guerra uma das principais ocupações. Esses romances relatavam feitos semi-lendários dos leais cavaleiros do rei Artur, rei lendário, de uma província da Inglaterra, do século VI, – Os Cavaleiros da Távola Redonda – ou daqueles

que procuravam o Graal (taça por onde Jesus teria bebido na última Ceia) – Demanda do Graal – outras narrativas retratavam a fidelidade amorosa – Tristão e Isolda (Ibidem: 258).

O povo, naturalmente, tinha interesses culturais diferentes. Apreciava as cantigas de amigo, (de origem galaico-portuguesa) onde era sempre a mulher que falava. Nestas cantigas, a donzela lamentava-se em monólogo ou a uma confidente (mãe, amiga ou mesmo à natureza), da ausência do amigo (namorado) ou descrevia a alegria do último encontro.

A população em geral apreciava também as cantigas de escárnio e maldizer. Através delas satirizava-se a sociedade em geral – a vida na corte, a avariza dos ricos, as dificuldades económicas de certos estratos da nobreza, as aspirações da burguesia, aspectos caricatos das camadas populares.

A literatura de gosto popular era vulgarizada pelos jograis que a levavam de feira em feira, de concelho em concelho. Mas, o povo manifestava-se culturalmente, do mesmo modo, através da sua participação em romarias, peregrinações e jogos de que ainda hoje se conservam vestígios.

2.6 · Cultura textual

A invenção da escrita, de início constituída por sinais-desenhos e depois por símbolos a designar palavras e ideias, serviu para fazer registos da vida das comunidades, bem como as compras e vendas, os empréstimos e impostos.

As manifestações culturais testemunham o elevado nível civilizacional atingido pelos Sumérios (considerados como a mais antiga civilização do mundo). Entre muitas inovações e recursos técnicos, criaram o primeiro sistema de escrita - a escrita cuneiforme (escrita cujos caracteres tinham a forma de cunha) a fim de registar não só as entradas e saídas de mercadorias, a produção dos campos e das oficinas, como também de produzir textos literários (poemas e narrativas heróicas, com destaque para a Epopeia de Gilgamesh (a primeira narrativa do Dilúvio) (Kristeva, 1969: 79-82).

Em finais do 4º milénio a. C., os Egípcios desenvolveram um sistema de escrita, conhecida por hieroglífica. Os seus caracteres - hieróglifos - são desenhos de seres vivos e de objectos de toda a espécie, em que cada figura significa a palavra correspondente ao objeto representado. Este tipo de escrita, utilizada sobre pedra ou em pinturas murais, surge nos templos e nos túmulos.

A maioria dos textos egípcios foram criados sob a forma de inscrições ou de rolos de papiro. São eles que nos permitem conhecer

os vários domínios da ciência e da literatura.

As obras literárias são de variados tipos: textos religiosos, contos populares, livros de provérbios, histórias de viagens e aventuras.

Entre as manifestações culturais da Índia antiga sobressai a literatura rica e variada, marcada por grandes poemas épicos – o Mahâbarata e o Râmâyana – escritos em Sânscrito, a língua literária da Índia antiga, relatam feitos de heróis e contêm lendas que inspiram poetas e artistas de gerações posteriores.

A cultura chinesa teve um papel de destaque entre os demais povos da antiguidade. Quanto à literatura, os mais antigos textos chineses datam do 2º milénio a. C. e encontram-se gravados ou pintados em ossos. Os seus caracteres representam homens e animais, mas a maior parte tem formas pouco precisas.

A cultura de textos, exemplificada na cultura escribal chinesa foi transmitida pela sua sabedoria e pela fidelidade em copiar textos, mas não pela sua leitura. Foi através da cópia dos textos que as verdades de seus ancestrais se incorporaram nas novas gerações. Copiar textos era a maneira mais importante de obter o verdadeiro significado do texto e de obter o prestígio social que surgiu com a educação letrada.

A cultura do texto e o respeito à fidelidade textual era também fundamental para as primeiras culturas judaico-cristãs. A antiguidade hebraica não desenvolveu uma teoria e ainda menos uma ciência da linguagem que se possa comparar às da Índia ou da China. No entanto, a presença da linguagem é sensível nas páginas da Bíblia; mistura-se com momentos decisivos da história de Israel e com acontecimentos religiosos. A revelação divina realizava-se através de comentários e da tradução de textos. Era através do estudo e da interpretação dos textos sagrados que se poderiam recuperar as verdades originais propagadas na forma oral transmitida por Deus, anjos e profetas.

Um outro momento bíblico, desta vez alusivo à escrita, está ligado ao nome de Moisés. Para que ele possa ajudar o seu povo, tem a necessidade de um poder linguístico: a Bíblia parece considerar a posse da linguagem como posse do poder espiritual e do Estado. Além da Lei escrita do Pentateuco³ dada por Deus a Moisés, Deus também dera a Lei oral às autoridades religiosas (a Lei Oral – tradição paralela à Lei Escrita). A transmissão oral, entretanto, poderia vir a ser extremamente perigosa em relação à banalização de algo divino, facto que gerou a formação da crença de que havia uma massa de conhecimento especial sobre Deus, passada de pessoa a pessoa, oral e secretamente, cujo aprendizado só era permitido aos poucos privilegiados.

Mais tarde, uma corrente mística judaica conseguiu ligar profundamente a sua experiência à linguagem e à sua inscrição: a

Cabala.⁴ Os seus seguidores procuravam na Bíblia, essencialmente, não só as ideias filosóficas, mas a descrição simbólica do processo de vida divina subjacente. Vendo a linguagem escrita como uma micro representação do universo, eles inventaram um elaborado sistema de significados baseados em números e letras do alfabeto hebreu, no esforço de desvendar os segredos “não escritos” do universo. Por exemplo, as quatro letras do nome hebreu Yod He Vav He (Yahweh = Javé = Deus), tem no hebreu o valor numérico 45, da sua posição do alfabeto (Kramsh, 2000: 54).

No século V a. C. a cultura ateniense atingiu grande brilhantismo, onde entre outras manifestações culturais, se destacaram o teatro, a história, a filosofia e a oratória. No que diz respeito ao domínio do pensamento e à palavra, a Grécia é, inquestionavelmente, “a escola cultural do Ocidente”, tantos e tão importantes são os seus contributos civilizacionais. A helenização do mundo foi um facto importante para a história cultural em que aconteceu a tradução da Bíblia do aramaico para o grego, pelo famoso grupo dos setenta - septuaginta.

Na Idade Média, entre os séculos VI e IX, a sociedade europeia é afectada por períodos de grandes invasões. A partir do século VI, a Igreja Católica passou a desempenhar um papel de primeiro plano. No sentido de evangelizar os povos, surgiu o monaquismo que, a partir do século IV, ganha uma nova feição: os monges reúnem-se em comunidades, passando a viver de forma organizada. Rapidamente, os mosteiros que seguiam a Ordem Beneditina espalharam-se pela Europa. A sua regra propunha aos monges não só a oração mas também o trabalho manual e o trabalho intelectual. Uma das ocupações dos monges nos mosteiros consistia em copiar para manuscritos as obras dos autores pagãos (gregos e romanos) e de autores eclesiásticos. O monaquismo constituiu um factor de unidade europeia – divulgou a fé cristã e expandiu a cultura e uma língua (o latim) que serviram de entendimento entre os povos.

Com o advento da imprensa, a necessidade de copiar textos desapareceu, assim como a casta dos escribas. Ao mesmo tempo que a autoridade eclesiástica estava em decadência.

A conjugação da invenção da imprensa por Gutemberg (1400-1468) cerca de 1440 e a tradução da Bíblia para o alemão, na língua vernacular por Martinho Lutero (1483-1546), em 1522, fizeram com que as verdades sagradas abrangesse toda a gente e não somente a elite da Igreja. A imprensa abriu as portas a uma ilimitada e incontável proliferação de informação. Logo, o monopólio da Igreja foi substituído pela censura dos poderes seculares, pelas universidades e sociedades literárias, pela imprensa e instituições políticas (Coelho, 1999: 48).

A invenção da imprensa mudou radicalmente a relação

língua e cultura. A conservação da tradição histórica e o controle da memória coletiva foram marcados pelo medium escrito. Deste modo, a cultura textual tornou-se uma cultura dominante de pesquisa e de conhecimento.

2.7 · Identidade cultural

É amplamente reconhecida a existência de uma conexão natural entre a língua falada pelos membros de um grupo social e do grupo de identidade. Pela sua pronúncia, pelo seu vocabulário e pelo padrão de seu discurso, os falantes de uma língua identificam-se e são identificados como elementos desta ou daquela fala e discurso de uma comunidade. Desta comunidade, as pessoas mostram força e orgulho pessoais, assim como um sentido de social importância e continuidade histórica ao usar a mesma língua do grupo a que pertence.

Mas como definir o grupo a que uma pessoa pertence? Em comunidades isoladas e homogêneas, podem definir-se os membros de um grupo de acordo com as práticas culturais comuns e as interações diárias, face-a-face, no entanto, em sociedades modernas, abertas e historicamente complexas, é muito mais difícil definir as fronteiras de qualquer grupo social particular e as identidades culturais e linguísticas dos seus membros. Até pareceria mais fácil definir a identidade de um grupo baseada na raça. Contudo, há quase tantas diferenças genéticas entre os membros da mesma raça branca ou negra como há entre as raças humanas classicamente descritas.

Também a identidade regional é igualmente contestável. Por exemplo, foi noticiado no *London Times*, de Fevereiro (1984), na mesma época em que um livro soviético **Populations of the World**, descreveu a população francesa como sendo constituída por franceses, alsacianos, flamengos, bretões, bascos, catalães, corsos, judeus, armênios, ciganos e outros. George Marchan, o líder comunista francês, discordou violentamente “Para nós, disse ele, todo o homem e toda a mulher de nacionalidade francesa é francês/francesa. A França não é um país multinacional: é uma nação, o produto de uma longa história...” (Kramsh, 1998: 67).

Apesar da crença limitada que uma língua é igual a uma cultura, os indivíduos assumem muitas identidades colectivas que não só são passíveis de mudarem com o tempo, como são sujeitas a estarem em conflito umas com as outras. Por exemplo, um imigrante que esteve ligado ao seu país de origem, a Turquia, talvez a uma determinada classe social, a um partido político, ao seu *status* económico, torna-se, no novo país, completamente ligado à sua cidadania nacional ou à sua religião, uma vez que é esta a identidade que lhe é imposta pelos outros, que o vêem agora, por exemplo, só como um turco ou

mulçumano. O seu sentido de identidade cultural muda conforme as circunstâncias.

Ausente da nostalgia do seu país, ele tende a ser mais turco do que os Turcos do seu país. A língua que ele fala pode tornar-se, com o passar dos anos, algo diferente da língua falada, hoje, na Turquia, nas ruas de Ankara; a comunidade a que ele pertencia é mais uma “comunidade imaginada” do que a Turquia dos dias de hoje.

2.8 · Diversidade cultural

Os homens preocupavam-se com a diversidade de modos de comportamentos existentes entre os diferentes povos mesmo antes da aceitação do monogenismo. Até mesmo Heródoto (484-424 a. C.), o grande historiador grego, preocupou-se com o tema quando descreveu o sistema social dos lícios:⁵ “Eles têm um costume singular pelo qual diferem de todas as outras nações do mundo. Tomam o nome da mãe e não o do pai. Pergunte-se a um lício quem é e ele responde dando o seu próprio nome e o de sua mãe e assim por diante, na linha feminina”. Ao considerar os costumes dos lícios diferentes de “todas as outras nações do mundo”, Heródoto estava tomando como referência a sua própria sociedade patrilineal, agindo de uma maneira etnocêntrica, embora ele próprio tenha renegado teoricamente esta postura ao afirmar: “Se oferecêssemos aos homens a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhor, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos estão de que estes são melhores do que todos os outros” (Laraia, 2004: 10-11).

Desde a Antiguidade, foram comuns as tentativas de explicar as diferenças de comportamento entre os homens, a partir das variações dos ambientes físicos.

Qualquer pessoa que queira constatar, uma vez mais, a existência dessas diferenças não necessita retornar ao passado, nem mesmo empreender uma difícil viagem a um grupo indígena, localizado nos confins da floresta amazônica ou numa distante ilha do Pacífico. Basta comparar os costumes dos nossos contemporâneos que vivem no chamado mundo civilizado. Esta comparação pode começar pelo sentido de trânsito na Inglaterra, que segue a mão esquerda; pelos hábitos culinários franceses, onde rãs e caracóis, capazes de causar repulsa a muitos povos, são considerados como iguarias.

Mas como estes, podemos encontrar até outros usos e costumes que chamam mais atenção para as diferenças culturais.

No Japão, por exemplo, era costume que o devedor insolvente praticasse o suicídio na véspera do Ano-Novo, como uma maneira de limpar o seu nome e o da sua família. O *harakiri* (suicídio ritual)

sempre foi considerado como uma forma de heroísmo. Tal costume justificou o aparecimento dos “pilotos suicidas” durante a Segunda Guerra Mundial”.

A carne de vaca é proibida aos hindus, da mesma forma que a de porco é interdita aos muçulmanos.

Enfim estes exemplos servem para mostrar que as diferenças de comportamento entre os homens não podem ser explicadas através das diversidades somatológicas ou mesológicas.

2.8.1 · Interculturalismo e multiculturalismo

Dependendo de como a cultura é definida e qual a disciplina em que é estudada, vários termos são usados para se referir à comunicação entre as pessoas que não compartilham a mesma nacionalidade, origem social ou étnica, idade, ocupação ou preferência sexual.

O termo interculturalismo refere-se ao encontro de duas culturas ou línguas através das fronteiras políticas das nações-estados. Entende-se por esse vocábulo a representação do conjunto de uma nação/uma cultura/uma língua, o que, provavelmente, conduzirá a um “choque cultural” quando houver o contacto com outra cultura/outra língua. No ensino das línguas estrangeiras uma abordagem intercultural procura formas de compreender o “outro,” no outro lado da fronteira, ao aprender a sua língua nacional.

A palavra intercultural também pode referir-se à comunicação entre pessoas de diferentes etnias e classes sociais e culturas diferentes dentro das fronteiras de uma mesma língua. Esse termo caracteriza a comunicação, quer dizer, entre Chineses – Americanos e Africanos-Americanos, entre a classe trabalhadora e pessoas de nível social mais elevado, entre *gays* e heterossexuais, entre homens e mulheres. A comunicação intercultural refere-se ao diálogo entre culturas minoritárias e culturas dominantes, e estão associadas com questões de bilinguismo e biculturalismo.

O termo multicultural é mais frequentemente utilizado para expressar dois pontos de vistas. Num sentido “social”, indica a coexistência de pessoas de *background* e etnias diferentes, como as sociedades multiculturais. Num sentido mais restrito, o termo caracteriza pessoas que pertencem à comunidade de vários falares e que têm, portanto, os recursos linguísticos e as estratégias sociais susceptíveis de se partilhar e identificar-se com culturas diferentes e maneiras de usar a língua. Mas a identidade cultural de indivíduos de comunidades multiétnicas não resulta do somatório das identidades das diferentes etnias, antes, é constituída por uma multiplicidade de funções sociais das quais se ocupam selectivamente, dependendo do contexto “interactivo”, no qual eles se encontram num dado momento.

Foram vários factores como o meio físico, as formas de

obtenção dos alimentos, a religião, a repartição dos bens e o desenvolvimento histórico que foram moldando as sociedades até ao ponto em que nos encontramos: há sociedades que se esforçam por comprar cada dia mais objectos e ter mais dinheiro; outras lutam para comerem algo em cada dia que passa, e algumas caçam e pescam como nossos antepassados.

Graças à antropologia, que estuda, entre outras coisas, as formas de vida e os costumes sociais das diversas culturas humanas, sabemos, hoje, porque é que os masais⁶ africanos não costumam transportar mercadorias – devem estar sempre preparados para a guerra – ou porque é que os emigrantes de qualquer zona da terra costumam viver juntos, em locais onde conservam a música ou a forma de vestir do seu lugar de origem resistindo à assimilação da nova cultura, melhor dizendo, resistindo às suas origens, embora tenham sido bem acolhidos e aceites.

São milhões de pessoas que cada ano se deslocam para outro lugar do planeta, para conhecerem outras gentes, outras culturas, outros costumes, línguas diferentes, valores distintos, para estabelecerem relações e enriquecerem as suas vivências. Por motivos diferentes – trabalho, guerras, crises económicas – verifica-se a emigração de umas culturas para outras. O choque inicial pode ser tremendo. De repente, uma pessoa pode ver-se imersa num meio mais ou mesmo parecido com o seu, mas organizado de tal forma que o sentimento de estranheza ou de desconforto aparece de imediato, quando não o temor e um certo grau de agressividade. Se o idioma for diferente, produz-se uma terrível falta de comunicação ou impotência, pela impossibilidade de relacionamento com os outros. Conseguir satisfazer as necessidades básicas ainda se consegue, se necessário recorrendo a gestos ou desenhos.

O problema está na falta de comunicação humana; no relacionamento quotidiano, inclusive através dos comentários triviais sobre o tempo ou das conversas sobre os sentimentos e os problemas pessoais. Ao ritmo horário, é possível a adaptação em poucos dias, mas de início costuma causar alguns transtornos de sono, ou de outro tipo. A comida é um factor que pode provocar problemas mais sérios, não só pelo conteúdo, mas também pelos gostos, condimentos, formas de preparação. Não causa estranheza, pois, que pessoas vindas do campo procurem produtos dos seus lugares de origem, ou que os japoneses que residem no Ocidente visitem com frequência os restaurantes que têm a sua cozinha.

As possibilidades oferecidas pelos transportes actuais, pelos meios de comunicação, pelos programas de intercâmbio cultural, etc. aproximam-nos cada vez mais uns dos outros. Cada vez nos conhecemos melhor; os contactos são cada vez mais frequentes – embora

por vezes não sejam acompanhados pelo devido respeito e tolerância – e não nos surpreende conhecer pessoas de culturas diversas.

Na Europa Ocidental e na América anglo-saxónica, está a viver-se um processo de crescimento multicultural impressionante. Na maior parte das cidades e em algumas zonas rurais, convive-se com pessoas de origens muito diferentes. A presença de pessoas de todo o mundo vai fazendo parte da vida quotidiana. Este contacto será de mútuo enriquecimento, se as pessoas tiverem a visão universal de que foi mencionada ao princípio. A história dos povos está recheada de situações em que diferentes grupos humanos e territórios entraram em relação mais ou menos pacífica ou violenta. Migrações motivadas por mudanças climáticas, económicas ou bélicas moveram milhões de pessoas de um lugar para outro. Intercâmbios comerciais e invasões puseram em contacto culturas de carácter muito diverso.

O expansionismo industrial do século XIX lançou os europeus na colonização do mundo e influenciou civilizações em diversas escalas. A descolonização de meados do nosso século reestruturou comunidades históricas, ou então uniu povos sob um mesmo governo. No caso, por exemplo, da Jugoslávia a sua união artificial sob o comunismo viria a redundar na guerra civil dos nossos dias.

Existem Estados em que a diversidade étnica é assumida e há uma convivência pacífica, como na Suíça, e outros em que as diferenças económicas ou religiosas mantêm conflitos violentos, como é o caso da Irlanda e do País Basco, na Grã-Bretanha e na Espanha, respectivamente.

As desigualdades sociais, a ânsia de poder político e económico e até a religião são motivos de confronto de várias comunidades e etnias. Há casos muito graves, como o do racismo sul-africano, o racismo nos Estados Unidos, os conflitos que se estão a verificar na Europa. A violência física e psicológica, que a intolerância está a provocar, torna necessária uma reflexão urgente: há que criar condições para se solucionarem os graves conflitos.

Há que pensar em distribuir a riqueza e o trabalho de forma mais equitativa, a nível nacional e mundial. A morte de milhões de seres humanos, por falta de alimento, é uma vergonha intolerável; há que fomentar uma nova cultura mundial, baseada no respeito e em condições que favoreçam a convivência pacífica.

Todos temos a sensação de que o lugar onde nascemos é sempre o melhor lugar do mundo. A nossa cultura, as nossas formas de expressão, de vida ou de organização, parecem-nos as mais perfeitas. Mas o mundo é muito grande, e o mesmo podem opinar as pessoas no Senegal ou nas ilhas Marianas. É necessário ver as coisas com olhos universais, aglutinadores e não fragmentadores, para aperceber-se de que cultura não passa de uma forma de expressar ideias e

sentimentos muitos semelhantes, para sentir parte integrante de um todo. Acima do idioma, da religião ou do nível de desenvolvimento, a humanidade apresenta semelhanças essenciais, que nos tornam todos iguais: nascemos e morremos como qualquer ser vivo.

A capacidade de raciocinar habilita o homem para a interpretação do mundo e para procurar maneiras para viver nele.

2.9 · O indivíduo e a participação da cultura

A participação do indivíduo na sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos da sua cultura. Este facto é tão verdadeiro nas sociedades complexas com um alto grau de especialização, quanto nas simples, onde a especialização se refere apenas às determinadas pelas diferenças de sexo e de idade.

Com excepção de algumas sociedades africanas – nas quais as mulheres desempenham papéis importantes na vida ritual e económica –, a maior parte das sociedades humanas permite uma mais ampla participação na vida cultural aos elementos do sexo masculino. Em alguns segmentos da nossa sociedade, o trabalho fora de casa é considerado inconveniente para o sexo feminino.

É óbvio que a participação de um indivíduo na sua cultura depende da sua idade. Mas é necessário saber que esta afirmação permite dois tipos de explicações: uma de ordem cronológica e outra estritamente cultural.

Existem limitações que são objectivamente determinadas pela idade: uma criança não está apta para exercer certas actividades próprias de adultos, da mesma forma que um velho não é capaz de realizar algumas tarefas. Estes impedimentos decorrem geralmente da incapacidade do desempenho de funções que dependem da força física ou agilidade, como as referentes à guerra, à caça etc.. Entre outras funções podemos incluir as que dependem do acumular de uma experiência obtida através de muitos anos de preparação. Torna-se fácil entender por que estas são interditas às crianças e aos jovens e reservadas às pessoas maduras.

No primeiro tipo de impedimento etário as razões parecem ser bastantes evidentes, o que não ocorre com o segundo tipo, quando tratamos das razões determinadas culturalmente.

Mas, qualquer que seja a sociedade, não existe a possibilidade de um indivíduo dominar todos os aspectos da sua cultura. Isto porque, como afirmou Marion Levy Jr. (1952: 190), “nenhum sistema de socialização é idealmente perfeito, em nenhuma sociedade são todos os indivíduos igualmente bem socializados, e ninguém é

perfeitamente socializado. Um indivíduo não pode ser igualmente familiarizado com todos os aspectos da sua sociedade; pelo contrário, ele pode permanecer completamente ignorante a respeito de alguns aspectos”. Exemplificando: Einstein era um génio na Física, um medíocre violinista e provavelmente, seria um completo desastre como pintor.

Decerto, os indivíduos podem perder o controle da situação, embora na maioria dos casos isto não seja verdadeiro. E não o é porque o conhecimento mínimo referido abrange um certo número de padrões de comportamento que são regulares e, portanto, permitem previsão.

Todos os membros da nossa sociedade sabem que uma forma cortês de solicitar algum tipo de favor é a de preceder o pedido com a expressão “por favor”. Sabem também da necessidade de agradecer formalmente o atendimento conseguido com as palavras “muito obrigado”, sob pena de não mais conseguir nada do seu interlocutor se esquecerem de pronunciar estes simples vocábulos. Estas palavras, pois, fazem parte dos nossos padrões de comportamento e ignorá-los significa o rompimento com uma regra e, conseqüentemente, a impossibilidade de prever uma resposta.

O importante, porém, é que deve existir um mínimo de participação do indivíduo na pauta do conhecimento da cultura a fim de permitir a sua articulação com os demais membros da sociedade. Todos necessitam saber como agir em determinadas situações e, também, como prever o comportamento dos outros. Somente assim é possível o controle de determinadas acções. Apesar disso tudo, há sempre o risco de perda de controlo da situação, porque “em nenhuma sociedade, são todas as condições previsíveis e controladas” (*Ibidem*: 169).

Enfatizando, embora nenhum indivíduo conheça totalmente o seu sistema cultural, é necessário ter um conhecimento mínimo para operar dentro do mesmo. Além disso, este conhecimento mínimo deve ser partilhado por todos os membros da sociedade de forma a permitir a convivência dos mesmos.

2.10 · A cultura e a percepção individual do mundo

Ruth Benedict (2003: 67), no seu livro **O Crisântemo e a Espada**, escreveu que “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam “lentes diferentes” e, portanto, têm visões desencontradas das coisas”. Enquanto os comportamentos instintivos são quase todos iguais em todos os indivíduos da mesma família (cada indivíduo é dotado dos mesmos mecanismos), a cultura é um bem colectivo no qual os indivíduos participam segundo modalidades diferentes. Embora a actividade

cultural esteja sempre relacionada com reflexos, hábitos, impulsos e nasça no seio de determinadas condições ambientais, nela estão presentes dimensões dificilmente reduzidas ao estreito determinismo imposto pelo ambiente. Pode dizer-se que a cultura é o prisma através do qual o homem percebe a realidade e que utiliza para se adaptar à realidade e a controlar (Demartis, 1999: 31).

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.

Indivíduos de culturas diferentes podem ser identificados por uma série de características distintas, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem mencionar a evidência das diferenças linguísticas. O facto de que o homem perceber o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correcto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável, em casos extremos, pela ocorrência de numerosos conflitos sociais.

A herança cultural de uma determinada comunidade, desenvolvida através de inúmeras gerações, por vezes condiciona reacções depreciativas, ou mesmo pejorativas, em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceites pela maioria dessa comunidade.

Quanto às línguas, pelo menos uma vez, há opiniões provenientes do senso comum que, por exemplo, o francês seria uma língua musical e o alemão, por outro lado, uma língua áspera, ou que haveria línguas fáceis e línguas difíceis. Num primeiro nível de consideração, afirmações como estas não geram directamente o preconceito, no entanto podem fazer mal e, sobretudo podem contribuir para consolidar o etnocentrismo: aquele ponto de vista que converte “o nosso” no modelo ideal, a partir do qual tudo o resto é olhado como extravagante, pouco natural e, dentro de certos limites, como perverso e ameaçador. Porque, é evidente, a língua de cada um reúne as características de “musical”, “fácil”, enquanto que as outras serão caracterizadas como “ásperas” e “difíceis”.

As características bipolares desses conceitos são perfeitamente desadequadas e insustentáveis, sobretudo ao serem analisadas face aos avanços das ciências em geral, e de modo particular da própria Linguística, ao longo do século XX. A musicalidade ou a aspereza são impressões subjectivas, forjadas na própria língua, pela referência à qual são tratadas as línguas diferentes.

No século XVIII, sobretudo, e especialmente na França pré e pós revolucionária, foi o tempo e o lugar em que se desenvolveu com algum vigor uma teoria da divisão linguística: as línguas do norte,

aptas para as ciências; as línguas do sul adequadas para o teatro e para a mentira. A própria política linguística dos revolucionários impôs o ensino em francês para todo o território, de um Estado em que mais da metade da população falava outras línguas; proibiu a língua alemã na Alsácia, promoveu cruzadas teatrais por toda a França e até pretendeu que os casais, previamente ao enlace, demonstrassem que sabiam falar francês. A língua francesa, enfim, foi proclamada língua da liberdade e do progresso; as outras foram relegadas a condição de *patois* (dialecto de uma província francesa) e, conseqüentemente estigmatizadas.

Quanto à facilidade ou dificuldade inerente e natural à língua, trata-se de uma questão também relativa e marcadamente presente e de âmbito exclusivo ao senso comum, pois, a realidade é que para os falantes do chinês de Cantão, uma língua românica é tão complicada como a deles para os falantes de língua materna portuguesa.

A quantidade do número de falantes ou a difusão de um idioma são questões do mesmo contexto das anteriores. Isto implica afirmar que se uma língua tem muitos falantes, a par de uma outra que tem menos em princípio, a questão quantitativa de uma língua que busca sobreviver num meio efectivamente qualitativo, não tem importância ou relevância pois as formas humanas de expressão não residem essencialmente em números e sim no potencial contributo ao conhecimento do próprio ser humano. No entanto, com frequência para valorizar, em mais ou menos, a viabilidade de uma língua e a inviabilidade de outras, é com os números que alguns falantes de línguas “multimilionárias” costumam pressionar os grupos de falantes minoritários, a fim de excluírem essas línguas.

No decorrer de três séculos, todavia, apesar da “evolução” humana, contemporaneamente o panorama permanece inalterado, ou seja, de forma vulgar e reiterada, são feitas afirmações concernentes a línguas de “cultura” e de línguas “internacionais” por oposição a outras que, eventualmente, são classificadas como línguas de “incultura” e “locais”.

As línguas, para além de serem património individual, são instrumentos para a comunicação de grupos de homens que, na opinião unânime de antropólogos, desenvolveram, sem excepção, uma determinada cultura ajustada a um meio em particular. Esta cultura, promovida ou não, imposta a outros através da colonização ou guardada no interior do grupo, encontra a sua expressão mais eficaz através da língua de cada povo, especialmente na narração histórica e literária, mas também nas frases feitas, nos refrões e nas inúmeras formas linguísticas do dia-a-dia. Nesta perspectiva, qualquer língua é cultura, na medida em que a reflecte como um veículo de conteúdos culturais.

2.11 · O dinamismo da cultura

No *Manifesto sobre aculturação*, resultado de um seminário na Universidade de Stanford, em 1953, os autores afirmam que “qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é inculcada pelo contacto não representa um salto de um estado estático para um dinâmico mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para outra. O contacto, muitas vezes, estimula a mudança mais brusca, geral e rápida do que as forças internas”.

Pode afirmar-se que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contacto de um sistema cultural com um outro.

No primeiro caso, a mudança pode ser lenta, quase imperceptível para o observador que não tenha o suporte de bons dados diacrónicos. O ritmo, porém pode ser alterado por eventos históricos tais como uma catástrofe, um grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contacto (Laraia, 2004: 94-95).

O segundo caso, como visto na afirmação do *Manifesto sobre aculturação*, pode ser mais rápido e brusco. Este segundo tipo de mudança, além de ser o mais estudado, é o mais actuante na maior parte das sociedades humanas. É praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afectado apenas pela mudança interna. Isto somente seria possível no caso, quase absurdo, de um povo totalmente isolado dos demais. Por isto, a mudança proveniente de causas externas mereceu sempre uma grande atenção por parte dos antropólogos. Para atendê-la foi necessário o desenvolvimento de um esquema conceitual específico. Surge, então, o conceito de aculturação, utilizado desde o início do século XX pela antropologia alemã e a partir de 1928 pelos antropólogos anglo-saxões.

Certamente que o tempo constitui um elemento importante na análise de uma cultura. Nesse mesmo quarto de século, mudaram-se os padrões de beleza. Regras morais que eram vigentes passaram a ser consideradas nulas; hoje uma jovem pode fumar em público sem que a sua reputação seja ferida. Ao contrário de sua mãe, pode ceder um beijo ao namorado em plena luz do dia. Tais factos atestam que as mudanças de costumes são bastante comuns. Entretanto, elas não ocorreram com a tranquilidade como são descritas. Cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e inovadoras. As primeiras pretendem manter os hábitos inalterados, muitas vezes conferindo aos mesmos uma legitimidade de ordem sobrenatural. As segundas

contestam a sua permanência e pretendem substituí-los por novos procedimentos.

Talvez seja mais fácil explicar a mudança raciocinando em termos de padrões ideais e padrões reais de comportamento. Nem sempre os padrões ideais podem ser efectivados. Neste caso, as pessoas agem diferentemente, mas consideram que os seus procedimentos não são exactamente os mais desejados pela sociedade. Como exemplo, no início dos anos 70, uma revista fez uma pesquisa sobre o comportamento sexual feminino da mulher brasileira. O resultado indicou que existia uma percentagem significativa que não agia de acordo com os padrões tradicionais da sociedade. Ou seja, tornavam-se mais frequentes as relações sexuais pré-matrimoniais e o número de relações extraconjugais. A publicação desses resultados causou uma grande reacção por parte de diferentes sectores e a revista teve a sua edição apreendida. Menos de dez anos depois, uma outra revista repetiu a pesquisa, com uma amostragem bem maior, e os resultados foram mais significativos do que os da vez anterior. Comprovavam enfaticamente uma mudança no comportamento feminino. Dessa vez, contudo, a reacção não ocorreu e a revista pôde circular livremente. Tal facto significa, sem dúvida, a ocorrência de mudanças nos padrões ideais da sociedade de forma a ajustá-la aos eventos reais.

Concluindo, cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre os povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo da globalização.

Parte III · Língua e Cultura

3.1 · Relatividade linguística: a interdependência língua e cultura

Os filologistas e linguistas têm mostrado interesse na diversidade das línguas humanas e nos seus significados desde o século XVIII. A descoberta pelos estudiosos europeus de línguas orientais como o sânscrito ou a capacidade de decifrar os hieróglifos egípcios no final do século XVIII, coincidiu com o restabelecimento do nacionalismo em alguns países como a França e a Alemanha, e foi acompanhado pelo crescente interesse nas características culturais únicas de suas línguas nacionais. A noção romântica da indissolubilidade do laço entre língua e cultura promovida pelos acadêmicos germânicos como Herder (1744-1803) e Wilhelm Humboldt (1762-1835), em parte como reação à hegemonia política e militar francesa daquele tempo, deu uma grande importância à diversidade das línguas e culturas do mundo. Aqueles intelectuais avançaram com a ideia de que as pessoas falam diferentemente porque elas pensam diferentemente, e elas pensam diferentemente porque as suas línguas lhes oferecem maneiras distintas de expressar o mundo em volta delas (daí a noção da relatividade linguística). Este conceito veio novamente ao lume nos Estados Unidos pelo linguista Franz Boas, subsequentemente

por Edward Sapir (1884-1939), conceituado linguista e antropólogo americano, e o seu aluno Benjamin Lee Whorf (1897-1941), nos seus estudos das línguas dos índios norte-americanos. Com base nesta experiência Edward Sapir estabelece o princípio da relatividade linguística:

“A língua leva à realidade social porque os seres humanos não vivem sozinhos no mundo, mais objectivamente, nem no mundo das relações sociais, mas graças a uma língua particular que se torna o medium de expressão para a sua sociedade. É praticamente uma ilusão imaginar que uma pessoa possa adaptar-se à realidade sem o uso da língua e que a língua seja meramente um meio fortuito para resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. De facto, o “mundo real” é, em larga escala, inconscientemente construído com o uso da língua de um grupo. Também duas línguas, em qualquer momento, não são suficientemente similares para serem consideradas como representantes de uma mesma realidade. Os “mundos” em que as diferentes sociedades vivem são “mundos” distintos e, nem são, praticamente, o mesmo mundo, mesmo com “etiquetas diferentes”. Nós vemos, ouvimos, muito do que experimentamos e a maneira como nós fazemos são consequência do uso da língua da nossa comunidade que a predispõe de certas escolhas de interpretação” (Kramsh, 2000: 85).

A visão de Whorf na interdependência da língua e pensamento tornou-se conhecida sob o nome de Teoria de Sapir-Whorf. A teoria da relatividade linguística não preconiza que a estrutura linguística limita o que as pessoas pensam ou percebem, mas ela tende a influenciar o que elas rotineiramente pensam na realidade. No que concerne a esta visão, a teoria de Sapir-Whorf conduz a duas ilações importantes:

- 1- hoje há um reconhecimento que a língua como código, reflecte preocupações culturais e podem direccionar a maneira das pessoas pensarem;
- 2- mais do que nos tempos de Worf, reconhece-se a importância do contexto na complementação dos significados inseridos numa língua.

A primeira visão refere-se à cultura como semanticamente enraizada na língua; a segunda refere-se à cultura expressa através do verdadeiro uso da língua (*Ibidem*: 11).

3.2 · As múltiplas relações entre língua e cultura

Quando a língua é usada no contexto da comunicação, está ligada à cultura em múltiplas e complexas maneiras.

Para começar, as palavras que as pessoas proferem referem-se às experiências comuns. Elas expressam factos, ideias ou acontecimentos que são comunicáveis porque se referem a um armazenamento de conhecimentos do mundo que as pessoas partilham. As palavras também reflectem atitudes e crenças dos escritores, os seus pontos de vista, que também são os dos outros indivíduos que pertencem a uma mesma comunidade. Em ambos os casos, a língua expressa uma realidade cultural.

Mas os membros de uma comunidade ou do grupo social não só expressam as suas experiências, eles também criam experiências através da língua. As pessoas dão-lhe significado através do *medium* que elas escolhem para se comunicarem com os outros, por exemplo, falar ao telefone, ou pessoalmente (face a face), escrever uma carta ou enviar uma mensagem via e-mail, ler o jornal ou interpretar um gráfico ou um mapa. A maneira através da qual as pessoas usam o próprio *medium* falado, escrito ou visual cria significados que são compreendidos pelo grupo a que essas pessoas pertencem, por exemplo, o som da voz do falante, o estilo da conversa, gestos e expressões faciais. Por isso, através desses aspectos verbais e não verbais, a língua incorpora uma realidade cultural.

A língua é um sistema de signos que é visto como um valor cultural em si mesma. Os falantes identificam-se com os demais membros do grupo social através da língua e eles consideram a sua língua um símbolo da sua identidade social. Por conseguinte, pode dizer-se que a língua é uma realidade cultural.

A cultura leva à língua e esta cria a realidade. Se a linguagem cria a imagem do mundo e a mudança de língua acarreta a mudança da imagem do mundo, o que parece exato, pois se observarem as invasões europeias, as descobertas e as conquistas vê-se serem essas as transformadoras das culturas dos povos ocupados.

“Toda cultura vigorosa tem uma tendência inata a se estender sobre novas regiões” (Smith, 1960: 47). A migração levou à exportação de língua e cultura; daí vemos os países conquistados e descobertos a adquirirem essas duas inovações. Só uma sociedade estática e de um nível cultural primitivo manteve pouca ou nenhuma evolução. A migração e a civilização deram aos seres humanos necessidade de novas adaptações. As línguas inerentes a um povo que não usava a

escrita tenderam a desaparecer e a serem englobadas por outras mais actuautes. As mutações são mais culturais do que no conteúdo da língua, porém esta também sofre acréscimo de vocábulos até então desconhecidos e criados para ampliar a compreensão de novos sectores culturais. A existir uma característica comum a todas as línguas, essa assenta sem dúvida numa extraordinária permeabilidade. Como afirma Walter (1994: 415): “todas as línguas foram receptáculos de algo e todas as línguas deram também de si, tendo-se entrelaçado de tal maneira umas nas outras, que muitas vezes é difícil saber qual delas deu o quê e a que outra(s) língua(s)”.

O francês e o inglês, por exemplo, foram protagonistas de relações tão íntimas e tão frequentes que no seu vocabulário é possível ler-se como que uma “longa história de amor” entre a mais latina das línguas germânicas - o inglês - e a mais germânica das línguas latinas - o francês. O movimento transaccional de vocábulos fêz-se durante muito tempo em sentido único, do francês para o inglês, mas inverteu-se por completo no momento presente, estando continuamente termos ingleses a introduzir-se na língua francesa. Mediante este processo, muitas foram as palavras que fizeram um percurso de ida e volta, muitas vezes com séculos de permeio, após o qual as palavras tomaram um sentido completamente diferente do original. A palavra inglesa *interview* (entrevista) colhida da palavra francesa *entrevue* regressou ao francês com um sentido mais restrito, aplica-se no contexto em que a entrevista se destine a ser conhecida publicamente (*Ibidem*: 415).

Há traços civilizacionais na história dos povos, adquiridos na miscigenação de culturas e línguas, ponto que não permite separar a língua da cultura de um povo.

Como muitos dos possíveis exemplos, está a Grécia que desempenhou um papel essencial quanto à implementação e difusão do alfabeto¹ e à contribuição lexical. No âmbito da história das línguas europeias, a língua grega tem um lugar de destaque, vindo de imediato à memória centenas de termos que fazem parte do património linguístico de todos os europeus. Apesar de ser, sob o aspecto geográfico, um país pouco integrado com os vizinhos, a Grécia merece, sem dúvida, pelo seu estatuto de fonte primordial de toda a cultura europeia, encabeçar a história das línguas que se falam hoje na Europa.

A Península Ibérica, por sua vez, teve um importante papel no encontro de vários povos, há cerca de dez mil anos, e, dessa forma, o povo português resultou de um antigo e demorado processo de miscigenação e de constantes aculturações. Entretanto, as várias culturas existentes na Península Ibérica foram reduzidas a um denominador comum a partir do domínio romano e da sua imposição cultural.

A língua falada pelos conquistadores – o latim – dominou

quase toda a região. A língua falada nas regiões romanizadas era o latim vulgar, mais aberto a transformações e diversificações. Ao final de um processo evolutivo, de modificação pelos falares regionais e de intensificação pelo aparecimento de vários dialectos, esses dialectos constituíram as línguas modernas, conhecidas como neolatinas. No caso particular da Península Ibérica, várias línguas e dialectos se formaram. Os contributos dos Romanos – no domínio do direito, da política e da administração, do urbanismo e da cultura – constituíram um dos maiores legados da Antiguidade para a civilização ocidental.

A língua acompanha a aventura histórica de um povo. Quanto mais rico for um povo em cultura, mais rica e culta se tornará a sua língua. Os traços comunitários exercem profunda influência na língua que ela evolui em direcções diferentes, usando termos arcaicos ou neologismos tão necessários no acompanhamento da vida actual. Modas e necessidades são introduzidas pelo contacto com outros povos, próprias do momento presente onde a técnica entrelaça o mundo.

O filólogo e exímio cultivador da língua e cultura lusitana, Gladstone Chaves Melo na conferência proferida por ocasião do Terceiro Congresso da Associação de Lusitanistas, em Coimbra, em 1990, assim se exprimiu: “São estreitas e múltiplas as relações da língua com a cultura, até porque a língua, no entendimento saussuriano, é um factor de cultura. Além disso ela reflecte a cultura da comunidade, da sociedade, do povo, traduzindo-lhes o espírito, a maneira de ser. Língua e cultura, cultura e língua se interpenetram se coadjuvam na epifania do ser humano em sua expressão e na manifestação do seu eu” (Clemente, 1994: 16). E, segundo este autor, o grande pensador tomista² da actualidade, ex-Reitor da Universidad Católica, em Buenos Aires, assim se expressa: “La cultura es la obra de la persona humana proyectándose sobre si misma, sobre su propia actividad intelectual y volitiva, y también sobre las cosas exteriores para impregnarlas de su espíritu. Mas allá del dominio de la materia el espíritu con su inteligencia se abre a la trascendencia y descubre y aprehende el *ser* oculto en los datos de los sentidos y con su libertad rompe las cadenas del determinismo, en que se encuadra la actividad material incluso sensitiva” (*Ibidem*: 16).

Vale a pena remeter-se ao linguista Edward Sapir que define cultura como o que uma sociedade pensa e faz. Quando ele se refere à língua como linguagem e cultura, há que considerar uma relação de causa e efeito. A cultura influencia a linguagem, a acção da linguagem como sistema definido de sinais e significações, actua sobre o desenvolvimento da cultura.

3.2.1 · A influência da Península Ibérica nas Américas

A península ibérica criou um espaço peculiar e ao mesmo tempo de oposições nesse universo de línguas.

Enquanto a Espanha, no fim do século XV sob o domínio de Isabel de Castela e de Fernão de Aragão, procedia à expulsão dos árabes, após a ocupação de oito séculos, surgia a unificação política pelo dialecto de Castela que se tornou a língua oficial. Ao mesmo tempo que decorria a reconquista de Portugal sob hostes de Henriques de Borgonha e do filho Afonso Henriques, o galaico-português tornava-se a língua de Portugal. De um e de outro lado da Serra da Estrela dois povos irmanados pela vocação da Península se opõem em seus ideais políticos apesar das sucessivas uniões matrimoniais entre os soberanos.

Em 1492, ano dos descobrimentos, acontece um facto linguístico curioso, António de Nebrija publicava, em Salamanca, a primeira gramática da Língua Castelhana. Em 1536, Fernão Oliveira, em Coimbra dava à luz primeira gramática da Língua Portuguesa. Dessa forma as duas línguas criavam um marco de referência e um guia para escrever e falar correctamente cada uma das línguas oficiais na Ibéria. As outras formas dialectais mantiveram-se na Península de maneira restrita e na expressão falada (Clemente, 1994: 18).

Pela conquista das Américas, os falares chegaram às novas paragens com os povoadores, mantendo-se, porém, a língua oficial em que eram redigidos os documentos, os relatórios, as cartas e as crónicas que eram destinadas às cortes de Madrid ou de Lisboa. Ambas as línguas tiveram a consolidação dos textos literários em 1572 – os Lusíadas apareciam como monumento linguístico para celebrar as glórias e as aventuras do homem dos séculos XV e XVI. Na Espanha consolida-se a literatura do imortal *Siglo de Oro* e que se eternizaram escritores e poetas como Cervantes, Lopes de Vega, Santa Teresa e tantos outros. O território da América povoado de tribos indígenas com línguas diversas recebeu os conquistadores que vinham com a cultura, com a religião e com a língua peninsular. Era preciso implantar a civilização e uma cultura Ibérica nestes ermos imensos. Junto com o sinal da cruz deviam aprender no Brasil a língua portuguesa e na Hispano-América, a língua castelhana. Dessa maneira após tantos combates, tantos sacrifícios e por vezes, não pouco, tantos extermínios de povos, a divisão linguística e política estabelecida na Ibéria era transportada para a nova terra forçando os meridianos traçados pelo tratado de Tordesilhas. Duas línguas oficiais na Península, duas línguas oficiais na América, o castelhano e o português.

Nestes 500 anos de implantação de novas culturas através da força das línguas foi-se criando uma consciência nacional nas dezenas de nações – pequenas algumas e vastíssimas outras. A consciência de

pátria não rompe com a ligação espiritual, filosófico-linguística com Espanha e Portugal. Surgem e desaparecem movimentos separatistas que ambicionam formar uma língua brasileira, ou língua argentina, ou colombiana ou nicaraguense, mas a consciência linguística fortalecida pela morfologia mantém a fidelidade ao tronco castelhano ou português. Proliferam os dialectos, as expressões regionais mas a seiva vivificadora continua a circular no velho e único tronco linguístico com ramos, folhas e flores de vários matizes (*Ibidem*: 19-21).

Hoje, assiste-se a um fenómeno que desperta interesse, na ocasião em que se estabelece como força económica e política a Comunidade Europeia, derrubando muros centenários entre nações, ressurgem as línguas regionais da Espanha. Para onde irá a unidade sócio-económica de Espanha? Cada língua quer reafirmar força nas cinco autonomias do país. Durante cinco séculos os ventos sopraram a favor da unidade linguística e política de uma Espanha cheia de história, semeadora de cultura nos cinco continentes. A força das línguas regionais contribuirá para a integração ou para a separação dos povos, apesar da força política da Comunidade Europeia e do Mercado Comum?

No Atlas das Línguas do mundo há um estudo que põe em evidência a situação dramática de muitas línguas europeias, não só fora, como também dentro da própria União Europeia. Dentro da União, o Atlas considera como ameaçadas inclusivamente línguas que vivem subordinadas e sob o domínio real da língua oficial do respectivo Estado, apesar de terem no seu território específico o estatuto legal de língua co-oficial.

É o caso do galego, no Estado Espanhol, que o Atlas considera como língua em perigo. Apesar de ser a língua própria da Galiza e de ser compreendida por 97% e falada por 86% da população. A pressão da língua oficial do Estado, na administração, nas empresas, nos meios de comunicação ou na Igreja, a realidade de ser o castelhano a única língua de conhecimento legalmente obrigatório e a falta de uma acção política e educativa e eficaz na defesa e potenciação do uso do galego por parte das autoridades do Governo da Galiza, que não cumprem o seu dever, são factores que actuam negativamente na normalização do uso de uma língua como o galego que conta com uma história singular, com uma literatura culta reconhecida e é uma língua europeia que, além de ser a língua da nação galega, é também uma língua universal, por formar parte do sistema linguístico galai-co-português, usado por centenas de milhões de habitantes de quatro continentes, particularmente o Brasil.

Nas discussões da Comunidade Europeia muito se falou da língua ou das línguas que regeriam as reuniões, quais as línguas oficiais do Parlamento Europeu? O volume financeiro é enorme, se for

pensado o orçamento necessário para manter tradutores e intérpretes em seis ou oito línguas dos países da Comunidade. Se dentro da Península Ibérica se multiplicam as línguas e culturas como enfrentar a unidade de comércio e de cultura da Europa?

Na América do Sul, procura-se unir forças, irmanar ideias, mas o continente defronta-se com o Mercosul e com problemas sócio culturais na diversidade de etnias. A integração será feita pela queda das barreiras alfandegárias ou pelo esforço cultural das línguas e culturas? As grandes preocupações dos governos restringem-se ao vaivém de mercadorias ao fluxo de negócios, à movimentação de turistas, à troca de tecnologia. Qual será a língua que vai movimentar todos os negócios e todos os interesses culturais?

Apesar de todas as mutações, malgrado as revoluções, as condições de miséria de tantas populações, paira sobre a Ibero-América o arco-íris da esperança, o anúncio de “nova aurora”, fruto do sentimento iberista gerado na secular gestação dos celtas e dos iberos.

Para finalizar e ilustrar estas palavras, recorre-se, mais uma vez, aos versos do imortal iberista, Miguel Torga:

Terra.

Quanto a palavra der, e nada mais.

Só assim a resume

Quem a contempla do mais alto cume,

Carregada de sol e de pinhais.

Terra-tumor-de-angústia de saber

Se o mar é fundo e ao fim deixa passar...

Uma antena da Europa a receber

A voz do longe que lhe quer falar...

Terra de pão e vinho

(A fome e a sede só virão depois,

Quando a espuma salgada for caminho

Onde um caminha desdobrado em dois).

3.2.2 · Literatura

A literatura é dentre as várias formas de manifestação da arte, como o são a pintura, a arquitectura, a música, a dança, a escultura. E já que a arte pode revelar-se de múltiplas maneiras, pode-se concluir que há entre essas expressões artísticas pontos comuns e pontos específicos ou particulares. Dentre os pontos comuns, o prin-

cipal é a própria essência da arte ou seja, a possibilidade de o artista recriar a realidade, transformando-se, assim, em criador de mundos, de sonhos, de ilusões, de verdades. O poeta e crítico de arte Ferreira Gullar assim se manifesta sobre essa transformação simbólica do mundo: “A arte é muitas coisas. Uma das coisas que a arte é, parece, é uma transformação simbólica do mundo. Quer dizer: o artista cria um mundo outro – mais bonito ou mais intenso ou mais significativo ou mais ordenado – por cima da realidade imediata”.

“Naturalmente, esse outro mundo que o artista cria ou inventa nasce de sua cultura, de sua experiência de vida, das ideias que ele tem na cabeça, enfim, da sua visão do mundo”(De Nicola e Infante, 1989: 8).

Dentre os pontos específicos, o principal é a própria maneira de se expressar que vai caracterizar cada uma das manifestações artísticas. O artista literário exprime a realidade recriada através do seu espírito e retransmite através da língua, a matéria-prima com que trabalha cada artista. A esse respeito, assim se manifestou o crítico brasileiro Alceu Amoroso Lima:

“A distinção entre a literatura e demais artes vai operar-se nos seus elementos intrínsecos, a matéria e a forma do Verbo. De que se serve o homem de letras para realizar o seu génio inventivo? Não é, por natureza, nem do movimento do dançarino, nem da linha como o escultor ou arquitecto, nem do som como o músico, nem da cor como o pintor. E sim – da *palavra*” (Lima, 1954: 54-55). A importância intrínseca da literatura está na sua capacidade de representação e nas possibilidades de um conhecimento insubstituível do homem e do mundo. Aqui coincide com o que escrevia Alceu Amoroso Lima : “A literatura é uma das artes de expressão e representação cujo instrumento comunicativo é a palavra. A literatura é a expressão do homem e da vida. Nela o interessante não é apenas *quem* se exprime e o *que* se exprime, mas *como* se exprime. O *como* tem aí sua importância culminante”, é o estilo de quem escreve, de quem fala, de quem faz obra de arte. O estilo na literatura não é apenas um meio. É um meio que se incorpora ao fim, como aliás se dá também com o autor; na obra literária, passa ele a viver incorporado à obra, como estilo” (*Ibidem*: 80).

Entretanto, é necessário atentar no facto de que não basta fazer uso da palavra para produzir literatura. É importante lembrar que a função poética da linguagem ocorre quando a intenção do emissor está voltada para a própria menssagem, quer na selecção das palavras, quer na estrutura da mensagem, com as palavras carregadas de sentido. A linguagem alcança na literatura e sobretudo na poesia a plenitude de sua expressão, pois a linguagem na arte da palavra não é apenas instrumento, mas constitui a finalidade, o objectivo enquanto construção de sentido. O poeta americano Ezra Pound (1885-1972),

analisando a relação entre a literatura e a linguagem afirma:

“Literatura é a linguagem carregada de significado. Grande literatura é simplesmente a linguagem carregada de significado até ao máximo possível”.

e mais adiante:

“A literatura não existe no vácuo. Os escritores, como tais, têm uma função social definida, exactamente proporcional à sua competência *como escritores*. Essa é a sua principal utilidade” (De Nicola e Infante, 1989: 13).

Desta forma, nesta breve abordagem à literatura, pode constatar-se que:

- a linguagem é o material da literatura, isto é, o artista literário trabalha com a palavra;
- em toda a obra literária percebe-se uma ideologia, uma postura do artista diante da realidade e das aspirações humanas e aqui seguem alguns exemplos.

Os povos ao longo dos séculos expressaram sentimentos de amor, de alegria, de tristeza ou temor, sempre, criando a beleza pela linguagem – a poesia. Os poetas sentem e expressam de maneira singela ou solene o palpitar dos povos, as alegrias, as insatisfações, os anseios e os ideais de uma comunidade ou de uma nação. O lirismo, a epopeia, o drama (comédia ou tragédia) sempre conviveram na longínqua China, na misteriosa Índia, na encantadora Hélade (a Antiga Grécia), na Roma das conquistas, na Europa romanizada ou desmantelada pelos bárbaros nos novos continentes que emergiram das grandes navegações de Colombo, de Cabral ou James Cook. Em todas as línguas, a linguagem da literatura imortaliza tantos heróis, tantas personagens desconhecidos de povos tão diversos: Ramayana, os Vedas, o Pentateuco, o Evangelho, a Ilíada e a Odisseia, os versos sáficos, a Eneida, a Divina Comédia, El Cid, os Lusíadas e centenas de outros livros são a memória das línguas e das culturas de tantas gerações. Língua e Literatura, Poesia e Ficção, ilustram as variantes de sequência interminável de tantos povos. Língua, Literatura e Cultura são inseparáveis na amálgama entre os povos na força de integração.

O estudo da língua implica o estudo e o conhecimento da respectiva literatura através da leitura e análise de textos literários. O Prof. Cleath Brooks tem o descortinar do progresso e do crescimento dos estudos das ciências exactas. Constata igualmente que desde 1970, o número de estudantes de letras caiu pela metade, porque esses cursos se preocupam com os fins e não com os meios. Eles ensinam (ou pelo menos supõe-se que ensinam) não a ganhar a vida, mas como viver.

A realidade é pautada em privilegiar os meios, os métodos,

em detrimento dos fins a que se destina. A língua e a respectiva literatura bem ensinadas devem resultar em viver melhor, ter uma vida mais digna no plano da cultura e não apenas no âmbito dos bens materiais do conforto e da técnica. Aquele que lê, analisa e assimila a literatura, passa a compreender a humanidade e ultrapassa, dessa maneira, o isolamento técnico-científico.

O Prof. Brooks, no seu artigo em *Diálogo*, nº 03 vol. 25/92, afirma com a experiência de uma vida dedicada ao ensino da língua inglesa e da literatura: “Longe de serem irrelevantes face aos problemas de hoje, os grandes clássicos da literatura focalizam questões universais do interesse de pessoas de todas as culturas” (Clemente, 1994: 38).

Ao encerrar estas rápidas considerações, faz-se mister transcrever o depoimento do intelectual e líder afro-americano W.E.B. Du Bois, nos Estados Unidos, que escreveu: “Sento-me junto a Shakespeare e ele não me assusta. Para além da barreira racial, onde homens e mulheres dando boas-vindas deslizam em salões dourados, eu caminho de braço dado com Balzac e Dumas. Longe das cavernas da noite que faz seu turno entre membros vigorosos da Terra e o rendilhado das estrelas, eu convido Aristóteles e Aurélio e que outros espíritos eu desejar, e eles vêm afavelmente sem desprezo ou condescendência. Assim, unido à verdade, eu vivo para além do véu” (*Diálogo*, nº 02 vol. 25/92).

3.4 · O diálogo linguístico dos povos

Este tópico começa com transcrição de um trecho da sugestiva reportagem do *Jornal de Letras, artes e ideias*, no dia 9 de Fevereiro de 1993 sob o título – *Perspectivas Linguísticas* de autoria do Ministro de Portugal, António Coimbra Martins. O texto jornalístico estuda a atitude da língua portuguesa à luz da integração europeia, os problemas do omnilinguismo e do domínio do inglês. Acentua o Ministro Coimbra Martins: “Situação paradoxal. As línguas dominantes de ontem entre dois fogos. Que é do francês que se falava na corte dos czares e de que o nosso Castilho dizia que se tornara o latim da idade moderna, língua obrigatória da “gente civilizada”? Entre dois fogos. Um, o fogo expansionista do inglês. Outro, o fogo subterrâneo das culturas e línguas que reclamam um lugar ao sol. Insiste o ministro da Cultura de Portugal: “Não nos parece que o empenho no ensino das línguas estrangeiras possa (ou deva) deixar de ser preparado por uma pedagogia nova da língua materna e por um nível superior de exigências nessa matéria. O que necessitamos é que a língua estrangeira não deteriore a língua materna” (Clemente, 1994: 31).

Na Comunidade Europeia o português é uma das nove línguas oficiais, isto é, todos os textos emanados do Parlamento europeu

aparecem nesses nove idiomas, bem como existem nas conferências e reuniões do Parlamento intérpretes e tradutores simultâneos nas mesmas línguas. Falar uma língua não é, apenas, saber usar os elementos fono-morfo-sintático-lexicais, é assimilar uma cultura, uma tradição vida de um povo. Portugal vê-se na conjuntura europeia com problemas enormes a resolver não só na parte económica, mas em relação, também, à língua e à cultura.

Aposição histórica da língua portuguesa através dos tempos, sempre envolvida pelas línguas hispânicas na Península Ibérica ou na América do Sul e, sempre em lutas ou em abraços de amizade, jamais submetido, jamais subserviente. Diante desse facto, qual a atitude linguística a tomar perante os modos de expressão dos países membros da Comunidade Europeia?

As escolas pouco ou nada se preocupam com o bilinguismo ou o trilinguismo: português, espanhol e inglês. O que fazem os cursos de licenciaturas em Letras, onde o número de licenciados é cada vez mais reduzido? Atribui-se a culpa ao menosprezo dado à carreira de professor e fica-se por aí. Não se pode lançar mão de outras saídas que a inteligência e a criatividade nos poderiam apontar? Vive-se uma época de conformismo pedagógico, esperando uma solução vinda de cima, impotentes de usar a verdadeira autonomia do ensino universitário.

Conclui-se com a frase do Ministro Coimbra Martins: “A resposta do português aos desafios da Europa e da América e da sua posição ou fragmentação no mundo, é pois, da mesma natureza: Só uma tradição muito nossa e da língua seria de inverter especialmente na conjuntura actual, que tentamos definir: a de a cultivarmos pouco e não forjarmos sequer os instrumentos necessários a esse tratamento”(Clemente, 1994: 33).

É tempo de acordar, de abrir os olhos para a nova realidade histórica, linguística e cultural que se apresenta no sentido de um conhecimento aprofundado da língua materna, pois, assim, salvaguardará a riqueza linguística e cultural nacional e facilitará a aprendizagem de outras línguas.

Afinal, o diálogo linguístico dos povos faz-se através das línguas e do encontro das culturas.

3.5 · Estudo de línguas e encontro de culturas

As alterações das estruturas das empresas, a necessidade de adquirir novas competências e de perfis globais, abertos e flexíveis, a mutação do mercado de trabalho e o alargamento do espaço-mun-

do, decorrentes do processo de globalização, força-nos a analisar a integração dos países em diferentes aspectos.

No domínio das línguas, a sua difusão e aprendizagem é o eixo fundamental, quer como mais-valia para a mobilidade no espaço europeu, no sentido de valorização pessoal, quer como mais-valia para as empresas actuando na área de exportação, no âmbito profissional. As chaves do emprego são as mesmas das que abrem novos mercados: a formação em línguas e o conhecimento das culturas.

O Jornal Oficial das Comunidades Europeias (23.2.2003) sublinha que “O conhecimento de línguas é uma das competências essenciais necessárias a cada cidadão para participar de forma efectiva na Sociedade Europeia do Conhecimento, promovendo, assim, tanto integração na sociedade como a coesão social. O conhecimento de línguas representa também uma vantagem para a coesão europeia, à luz do alargamento e da civilização europeia”.

O Comité Económico e Social Europeu, no jornal de 8.04.2003, considera, porém, que a aprendizagem das línguas deve ser promovida fundamentalmente, através dos Programas *Sócrates* e *Leonardo da Vinci*. Neste contexto, dever-se-ia prever projectos específicos com o objectivo de:

- melhorar a qualidade do ensino das línguas;
- promover novo material didáctico;
- comparar programas de aprendizagem extra-escolares;
- acilitar o acesso de todos os cidadãos à oferta em matéria de aprendizagem de línguas;
- fomentar a aprendizagem de línguas em todas as idades;
- promover as línguas regionais e minoritárias.

E reafirma o objectivo de incentivar os futuros professores de línguas a tirar partido dos programas europeus relevantes, com o propósito de efectuar parte dos seus estudos num país ou numa região de um país onde a língua oficial seja a língua que irão ensinar mais tarde.

Nas últimas décadas, a Comunidade Europeia procurou de maneira intensa novos rumos para a Europa e para o mundo: o de tornar a Europa um espaço mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento sustentável, com mais e melhores empregos e com maior integração social.

A dimensão da sociedade do conhecimento identifica-se com a Declaração de Bolonha, a 19 de Junho de 1999 e subscrita por 29 Estados Europeus, movimento académico europeu de imenso alcance cultural, social e económico.

A construção de uma dimensão e consciência europeias

novas no ensino superior, na investigação e na inovação conduz ao intercâmbio cultural, concretizado com a mobilidade dos jovens (e dos menos jovens) que desempenham um papel crucial. Através da mobilidade, sempre por meio do conhecimento, e sendo esta considerada a única forma de fortalecer o papel da Europa no mundo, visa, a promoção da unificação europeia. O conhecimento de línguas representa também uma vantagem para a coesão europeia, à luz do alargamento da União Europeia.

A reestruturação da formação superior dos jovens pela Declaração de Bolonha tem por finalidade adaptar o processo de aprendizagem aos conceitos e perspectivas da sociedade moderna e aos meios tecnológicos disponíveis. Daí a reforma de Bolonha na área de Línguas e Culturas na União Europeia.

A mobilidade das pessoas não vai restringir-se só ao espaço europeu e desta forma, o conhecimento de línguas abre janelas, amplia horizontes, promove as pessoas, une distâncias, confraterniza as gentes de pólos e hemisférios diferentes.

O estudo de línguas é o campo de encontro de culturas mais que quaisquer outros estudos. Sobre ele é que se assentam as demais experiências, por isso não há melhor caminho para o aprendizado da língua estrangeira que a boa alfabetização. No encontro de culturas que se processa no estudo das línguas não há superposição, não há deterioração, há mais vida, mais força, mais vastos horizontes, na compreensão das pessoas e da humanidade.

James Axtell, no artigo *Uma confluência de culturas em Diálogo*, nº 03 vol. 25/92, escreve: “Poderíamos, perfeitamente, chamar a América de um mosaico colombiano, porque foi o almirante que de facto integrou todos os continentes do mundo nas rotas de navegação de um mar-oceano contínuo”.

No fluxo do descobrimento da América em 1492, são quinhentos anos de idas e vindas, quinhentos anos de encontro de culturas e de miscigenação de línguas. Na verdade, é uma confluência de culturas e uma “babel” de língua, onde o espírito do cristianismo levou a mensagem de harmonia.

Segundo Thomas Sowell, o estudo da língua é abertura para a fraternidade americana e universal. No seu artigo *Como evoluem as civilizações em Diálogo*, nº 2 vol. 25/92, afirma: “A história do progresso humano é marcada pela transferência de culturas de um grupo para outro”. A hora é de entrosar forças, mesclar línguas, miscigenar culturas para que da diversidade linguística ou cultural seja alcançada a unidade, o entendimento, o uso da mesma linguagem do respeito e do amor. O articulista chama a atenção para o facto de se preservarem minorias em âmbito circunscrito. Os que usam a expressão cultural para promover a multiplicidade de enclaves étnicos

segregados estão causando um grande mal às pessoas desses grupos. Por mais que vivam socialmente, os membros destes grupos terão de competir economicamente por um meio de vida, mesmo que não tenham passado necessidades antes, eles se tornarão carentes, pois, supõe-se, que os seus grandes rivais da grande população são livres para tirar proveito do conhecimento, experiência e técnica em uso, que a civilização ocidental copiou de todas as outras civilizações do mundo, enquanto nos enclaves as pessoas ficam limitadas ao que existe na subcultura imediatamente à sua volta” (Clemente, 1994: 36).

De modo geral, sobressai a importância da língua e a consequente necessidade de formar professores de línguas nacionais e estrangeiras. A necessidade de acção ao nível da União Europeia e dos Estados-Membros com o fim de melhorar a aprendizagem das línguas foi reconhecida pelos Chefes de Estado e de Governo que, em Março de 2002, em Barcelona, “apelaram à prossecução da acção com vista a melhorar o domínio das competências de base, nomeadamente através do ensino de pelos menos duas línguas estrangeiras desde a idade mais precoce” (Jornal Oficial da União Europeia 08.04. 2003).

Em 2001, a Europa celebrou o Ano Europeu das Línguas, que teve um sucesso retumbante e serviu de estímulo para a realização de milhares de actividades que envolveram centenas de milhares de cidadãos de toda a Europa na tarefa de promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística. Esta iniciativa gerou um entusiasmo generalizado pela aprendizagem das línguas e uma motivação acrescida de muitos para se envolverem pessoalmente na aprendizagem de outras línguas e culturas.

E mais, tendo em conta o alargamento da União Europeia, o Conselho e a Comissão exigem dos países candidatos à adesão que respeitem as línguas e culturas regionais ou minoritárias. Por fim, o Parlamento convida os Estados-Membros que ainda não assinaram nem ratificaram a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias a procederem à respectiva assinatura e ratificação (Boletim EU 12-2001).

Como observa Elvo Clemente (1994: 9): “o vínculo forte e duradouro da integração é a Cultura nas expressões de Língua e Literatura” que potencialmente viria a viabilizar paulatina e serenamente a integração de pessoas e de grupos sociais e de povos”.

Conclusão

É impossível precisar quando a linguagem humana apareceu e mais difícil ainda é conjecturar o que poderiam ter sido as primeiras línguas. Entretanto, sabe-se que as primeiras línguas registadas eram, sob todos os aspectos, comparáveis às línguas actualmente usadas e dificilmente se poderia esperar que assim não fosse.

As línguas dos chamados povos “primitivos” também não conseguem estabelecer o problema das origens o que conduz a um campo aberto de especulação. Contudo, mais fáceis de investigar são as suas funções: a linguagem é ao mesmo tempo instrumento de pensamento e de comunicação.

Como auxiliar do pensamento, a linguagem é, simultaneamente, o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e a sua realização através do homem. Se a linguagem é matéria do pensamento, também é possível inferir que representa o próprio elemento da comunicação social. Não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação. Tudo o que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado. A função da linguagem é, portanto, conjuntamente, produzir um pensamento e comunicá-lo.

É como instrumento de comunicação que a linguagem tem

desempenhado o seu mais importante papel na construção da herança social humana. Sem a transmissão fácil e exacta de ideias que ela permite, a cultura, tal como a conhecemos, nunca teria nascido. Nos estudos sobre o passado humano mostram que a despeito de períodos casuais de estacionamento e mesmo de retrocesso em certas sociedades, a herança social do homem tem constantemente aumentado em quantidade e provavelmente continuará a aumentar enquanto se mantiver a sua actual superioridade mental.

Ao mesmo tempo que a cultura deve à linguagem a riqueza do conteúdo que a distingue da herança social dos animais, a própria linguagem é parte integrante da cultura. Foi a estrutura do cérebro humano e dos órgãos vocais que tornou possível a palavra; mas a atribuição de valores simbólicos a certas combinações de sons e a capacidade de emitir esses sons não constituem por si sós, a linguagem. Esta só apareceu quando dois indivíduos aprenderam a atribuir os mesmos valores às mesmas combinações de sons e a usar essas combinações para comunicar as suas ideias. A linguagem é, por isso, uma forma de comportamento aprendido e transmitido; uma vez adquirida torna-se a chave que abre ao indivíduo o mundo da cultura.

Assim sendo, a comunicação é um processo cultural. Mais explicitamente, a linguagem humana é um produto do meio, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral. Língua e cultura, distintas e unidas na formação e na expressão do ser humano.

Ao longo dos séculos, os povos fundiram a sua língua, armazenando palavras de outros, pela comunicação que tiveram. As guerras, as conquistas, a escravatura, o domínio de novas terras, o nomadismo, todas essas formas existentes fizeram com que muitos países tivessem as suas raízes numa língua mãe. Tal acontecimento gerou a ideia de que as línguas são provenientes de uma mesma raiz e, ao assemelhar-se e ao dar-se umas às outras, tornou-se fácil aprendê-las. Essas mudanças possibilitaram a mistura linguística e a cultural também. Há um certo oportunismo para a difusão de língua e cultura e foi isso que levou os romanos a espalhar os seus costumes e o latim. O mesmo aconteceu com os germanos e assim sucessivamente com outros povos, numa sequência quase infinita, durante determinados tempos, em que os povos se deslocavam à procura de melhores condições de vida.

A cultura não fornece um modelo único, mas uma pluralidade de modelos de valores e normas de conduta, muitas vezes bastante diferentes entre si. Se por um lado, muitas culturas se fundiram, por outro, devido à sua plasticidade, resultou em diferentes percepções do mundo.

No século XXI, manifesta-se o receio de que a unificação dos

países europeus e a globalização possam conduzir ao enfraquecimento dos valores específicos de cada nação, mas as línguas e as culturas estão sempre a ser contaminadas e ameaçadas. Todavia, no contexto actual, deverá essa convergência levar, no domínio linguístico, a uma unificação, traduzível na existência de uma só língua? Por um lado, só a longo prazo chegaríamos a esse estágio e, por outro lado, as falhas de inter-compreensão favorecem primordialmente, em muitos casos, a aprendizagem da língua dos países vizinhos com os quais se está permanentemente em contacto deixando para segundo plano qualquer outra língua. De onde se conclui que, apesar de tudo, ser-nos-á cada vez mais imperioso aprender a língua de outrem e tentar dissipar os “fantasmas” que existem acerca dos perigos que a língua de cada país corre pois, enquanto as línguas existirem, “elas trocarão palavras sem medo de perderem a sua alma, porque uma língua que une é uma língua que dá e recebe” (Walter, 1994: 422).

Diante da realidade dessa nova ordem social, ninguém pode isolar-se do facto de que o conjunto das relações que o mundo hoje estabeleceu a todos os níveis, se ir tornando cada vez mais densa e que nada poderá bloquear a política geral de convergência a que a economia mundial obriga. A revolução da tecnologia da informação acentuará o seu potencial transformador. A compreensão do nosso mundo interdependente requer, por conseguinte, uma análise simultânea da sociedade em rede e dos seus desafios conflituosos para descobrirmos novos caminhos conscientes e compartilhados, sob um olhar mais abrangente.

A língua é a base de toda a cultura, de toda a comunicação humana. O desconhecimento de línguas constitui uma barreira intransponível, produz racismo e dificuldade de entendimento. Uma vez conhecida(s) torna-se um canal ou melhor um rio que vai irrigando, transportando e fertilizando a cultura. Exemplo disso é a Comunidade Europeia, onde o estudo de línguas cresceu muitíssimo nos últimos anos, pois é inevitável que a EU, face ao alargamento de novos Estados – Membros, tenha em atenção fomentar a aprendizagem das línguas, oferecendo a todos os cidadãos europeus a possibilidade de aprender línguas em todo o território europeu, através de redes de aprendizagem. Neste contexto, melhorar a adaptação linguística e cultural facilitará a participação dos cidadãos europeus na sociedade da informação e permitirá que “as línguas não se tornem barreiras, nem possam obstar à integração e à comunicação global” (2.2 do Jornal Oficial da União Europeia de 08.04.2003). E continua: “A EU tem de enfrentar os desafios futuros numa óptica multilingue e, consequentemente, multicultural. Só assim será possível preservar a identidade cultural dos povos, as diversidades regionais e, portanto, a riqueza cultural da Europa” (2.3).

Para os povos da América do Sul é imprescindível conhecer, além do português e do castelhano, o inglês por se tratar da língua franca da nossa época. Relativamente ao melhoramento da qualidade e à diversificação do ensino na Europa, os cidadãos europeus deverão, por norma, ter a possibilidade de aprender pelo menos duas línguas da União Europeia, além da(s) língua(s) maternas. Não se esquecendo de que na Comissão Europeia as línguas *pivot* são: inglês, francês, alemão (como língua materna é a mais falada na Europa), espanhol, italiano e o polaco.

Entender que há pessoas que sentem, pensam e vêem o mundo de maneira diferente é um passo decisivo para uma convivência harmoniosa na sociedade global. Portanto, é mister transformar a babel dos povos em harmoniosa orquestra de instrumentos afinados para que todos falem a mesma língua da cooperação e da integração: numa expressão da Cultura do Respeito e da Fraternidade.

Notas

Parte I

- 1 Um sistema de enviar mensagens em que o alfabeto é representado através de sinais constituídos por pontos (sinais curtos) e traços (sinais longos).
- 2 Charles Sanders Peirce, linguista americano, lógico e axiomático, construiu a teoria dos signos para nela assentar a lógica. Escrevia (1897) que a lógica, num sentido geral, é o outro nome da semiótica: uma doutrina quase necessária ou formal dos signos, baseada na observação abstracta e que se devia aproximar, nas suas realizações, do rigor do raciocínio matemático (Kristeva, 1969: 297).
- 3 Famoso linguista suíço, foi o primeiro estudioso responsável pelo desenvolvimento da Linguística como ciência que se dedica ao estudo objectivo da linguagem humana.
- 4 Referente ao período entre a conquista do Oriente por Alexandre Magno e a conquista da Grécia pelos Romanos.

Parte II

- 1 Aspectos da cultura transmitidos através da fala. Nas sociedades literatas é geralmente associada ao folclore, mas em culturas sem escrita ocupa um lugar de destaque como única forma de preservar a história, os mitos e a literatura.
- 2 Termo que designa toda uma série de edificações (datadas de entre o V e o II milénio a.C., aproximadamente) feitas com pedras de grandes dimensões, simples ou aparelhadas, com fins funerários, simbólicos ou religiosos, em várias regiões do mundo com destaque para a Europa.
- 3 Os cinco primeiros livros da Bíblia.

- 4 No Talmude, (antiga colecção de leis, tradições e costumes judaicos, compilada pelos doutores hebreus), a palavra “cabala” significa simplesmente “doutrina recebida” ou tradição – a parte ulterior da Bíblia, depois do Pentateuco e o ensinamento oral. Contudo, veio gradualmente a significar ensinamento esotérico, possibilitando aos poucos privilegiados seja entrar em comunhão directa com Deus, seja adquirir conhecimento de Deus por meios não racionais.
- 5 Habitantes da Lícia, antiga região do sudoeste da Ásia Menor.
- 6 Grupo étnico nígero-chadiano.

Parte III

- 1 Os Gregos foram os primeiros, depois dos Fenícios, a utilizar uma escrita alfabética. Tomando dos Fenícios o alfabeto consonântico e adaptando-o às características da língua grega (cujos radicais não são consonânticos como os das línguas semíticas), foram obrigados a introduzir marcas para as vogais (Kristeva, 1969: 111).
- 2 Seguidor da doutrina teológica e filosófica de São Tomás de Aquino (1225-1274), segundo o qual a essência do conhecimento depende, simultaneamente dos objectos e da forma que o espírito neles apreende.

Resumo Bibliográfico

ALBUQUERQUE, Martim de. **Estudos de Cultura Portuguesa**. Imprensa Nacional/Casa da Moeda - 1º e 3º volumes, 2002.

BARREIRA, Aníbal e MOREIRA, Mendes. **Páginas do Tempo – História**. Porto, Edições Asa, 1994.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo, Perspectiva, 1972.

_____. BIBLIOTECA GERAL DE CONSULTA - História Universal - Calendário Cultural do Século XX - **Política, Antropologia Sociologia**. Arte Hogar Europa, 219-221, Ed. 2001.

BODMER, Frederick. **O Homem e as Línguas**. Editora Lancelor Hogben, 1960.

BORNSTEIN, Juan Carlos Lago. **Unamuno y la educación del pensar. Diálogo filosófico**. Madrid, (Mayo-Junio 1993) 223-237, 1993.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Volumes I e II, 2002.

CLEMENTE, Elvo. **Integração Língua Cultura e Literatura**. Porto Alegre, Coleção Conesul 1, Edipucrs, 1994.

- COELHO, António Quaresma. **História – Momentos**. Porto, Cons-tância Editores, 1999.
- COSERIU, Eugenio, **El Hombre y su Lenguaje**. Madrid, Ed. Gre-dos, 1977.
- DEMARTIS, Lúcia. **Compêndio de Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1999. 30. 12 DE NICOLA, José e INFANTE, Ulisses. **Gra-mática Contemporânea da Língua Portuguesa**. São Paulo, Editora Scipione, 1997.
- _____. **Literatura Brasileira.- das origens aos nossos dias**. São Paulo, Editora Scipione, 1989.
- DERISI, Octavio Nicolás. **Filosofia de la cultura y los valores**. Buenos Aires, Emecê Editores, 1963.
- _____. **DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA** – Academia das Ciências de Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Verbo, Volumes I e II, 2001.
- _____. **DIDÁCTICA** - Enciclopédia Temática Ilustrada - **Língua**. F.G.P Editores, 11-32, 1998.
- GEERTZ, Clifford. **A Transição para a Humanidade**, in Sol Tax (org), **Panorama da Antropologia**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1966.
- HARRIS, Marvin. **The Rise of Anthropological Theories**. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1969.
- KRAMSH, Claire. **Language and Culture**. O. U. P., 2000.
- KEESING, Félix. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- KEESING, Roger. **New Perspectives in Cultural Anthropology**. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1971.
- KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Tr. de Maria Margarida Barahona, Lisboa, Edições 70 LDA., 1969.
- KROEBER, Alfred. **O Superorgânico**. in Donald Pierson (org), **Estudos de Organização Social**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1949.
- LEVY Jr., Marion. **The Structure of Society**. Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press, 1952.
- LÉVISTRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

- LIMA, Alceu Amoroso Lima. **Estética Literária**. Rio de Janeiro, America-ed., 1945.
- _____. **A Estética Literária e o Crítico**. Rio de Janeiro, 2ª Edição AGIR, 1954.
- LINTON, Ralph. **O Homem – uma introdução à antropologia**. Tr. de Lavínia Vilela, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1981.
- LOMAS, Carlos. **O Valor das Palavras – falar, ler e escrever nas aulas**. Asa Editora S. A., 2003.
- LOPES, Vítor P. **Língua Portuguesa -Elementos de Linguística**. Lello & Irmãos – Editores, 1979.
- PILBEAM, David. **A Evolução do Homem**. Lisboa, Verbo, 1973.
- PIRES, António Manuel Bettencourt Machado. **Linguagem, Língua-gens e Ensino**. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.
- TYLOR, Edward. **Primitive Culture**. Londres, John Mursay & Co., Nova York, Harper Torchbooks, 1958.
- VIRTON, Pol. **Os Dinamismos Sociais – Iniciação à Sociologia**. Tr. de Manuel Ferreira e Maria do Carmo Esteves, Moraes, 1979.
- TORGA, Miguel. **Antologia Poética**. Coimbra, 1981.
- ZANOTTO, Normelo. **Estrutura Mórfrica da Língua Portuguesa**. Educ, 1996.
- WALTER, Henriette. **A Aventura das Línguas do Ocidente**. Tr. de Manuel Ramos, Terramar, 1994.
- WHITE, Leslie. **The Symbol: The Origin and Basis of Human Behavior**, in Morbel, Lennings e Smith (orgs), **Readings of Anthropology**. Nova York, McGraw-Hill Book Co., 1955, (Ed. Bras. In Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, **Homem e sociedade**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 5ª ed., 1970).

Títulos publicados:

- 1 · **A agricultura nos distritos de Bragança e Vila Real**
Francisco José Terroso Cepeda – 1985
- 2 · **Política económica francesa**
Francisco José Terroso Cepeda – 1985
- 3 · **A educação e o ensino no 1º quartel do século XX**
José Rodrigues Monteiro e Maria Helena Lopes Fernandes
– 1985
- 4 · **Trás-os-Montes nos finais do século XVIII: alguns aspectos económico-sociais**
José Manuel Amado Mendes – 1985
- 5 · **O pensamento económico de Lord Keynes**
Francisco José Terroso Cepeda – 1986
- 6 · **O conceito de educação na obra do Abade de Baçal**
José Rodrigues Monteiro – 1986
- 7 · **Temas diversos – economia e desenvolvimento regional**
Joaquim Lima Pereira – 1987
- 8 · **Estudo de melhoramento do prado de aveia**
Tjarda de Koe – 1988
- 9 · **Flora e vegetação da bacia superior do rio Sabor no Parque Natural de Montesinho**
Tjarda de Koe – 1988
- 10 · **Estudo do apuramento e enriquecimento de um pré-concentrado de estanho tungsténio**
Arnaldo Manuel da Silva Lopes dos Santos – 1988
- 11 · **Sondas de neutrões e de raios Gama**
Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo – 1988
- 12 · **A descontinuidade entre a escrita e a oralidade na aprendizagem**
Raul Iturra – 1989
- 13 · **Absorção química em borbulhadores gás-líquido**
João Alberto Sobrinho Teixeira – 1990

-
- 14 · **Financiamento do ensino superior no Brasil – reflexões sobre fontes alternativas de recursos**
Victor Meyer Jr. – 1991
 - 15 · **Liberalidade régia em Portugal nos finais da idade média**
Vitor Fernando Silva Simões Alves – 1991
 - 16 · **Educação e loucura**
José Manuel Rodrigues Alves – 1991
 - 17 · **Emigrantes regressados e desenvolvimento no Nordeste Interior Português**
Francisco José Terroso Cepeda – 1991
 - 18 · **Dispersão em escoamento gás-líquido**
João Alberto Sobrinho Teixeira – 1991
 - 19 · **O regime térmico de um luvissole na Quinta de Santa Apolónia**
Tomás d'Aquino F. R. de Figueiredo - 1993
 - 20 · **Conferências em nutrição animal**
Carlos Alberto Sequeira - 1993
 - 21 · **Bref aperçu de l'histoire de France – des origines à la fin du II^e empire**
João Sérgio de Pina Carvalho Sousa – 1994
 - 22 · **Preparação, realização e análise / avaliação do ensino em Educação Física no Primeiro Ciclo do Ensino Básico**
João do Nascimento Quina – 1994
 - 23 · **A pragmática narrativa e o confronto de estéticas em *Contos de Eça de Queirós***
Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves – 1994
 - 24 · **“Jesus” de Miguel Torga: análise e proposta didáctica**
Maria da Assunção Fernandes Morais Monteiro – 1994
 - 25 · **Caracterização e classificação etnológica dos ovinos churros portugueses**
Alfredo Jorge Costa Teixeira – 1994
 - 26 · **Hidrogeologia de dois importantes aquíferos (Cova de Lua, Sabariz) do maciço polimetamórfico de Bragança**
Luís Filipe Pires Fernandes – 1996

-
- 27 · **Micorrização in vitro de plantas micropropagadas de castanheiro (*Castanea sativa* Mill)**
Anabela Martins – 1997
- 28 · **Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural**
Francisco José Terroso Cepeda – 1995
- 29 · **Lameiros de Trás-os-Montes: perspectivas de futuro para estas pastagens de montanha**
Jaime Maldonado Pires; Pedro Aguiar Pinto; Nuno Tavares Moreira – 1994
- 30 · **A satisfação / insatisfação docente**
Francisco Cordeiro Alves – 1994
- 31 · **O subsistema pecuário de bovinicultura na área do Parque Natural de Montesinho**
Jaime Maldonado Pires; Nuno Tavares Moreira – 1995
- 32 · **A terra e a mudança – reprodução social e património fundiário na Terra Fria Transmontana**
Orlando Afonso Rodrigues – 1998
- 33 · **Desenvolvimento motor: indicadores bioculturais e somáticos do rendimento motor de crianças de 5/6 anos**
Vítor Pires Lopes – 1998
- 34 · **Estudo da influência do conhecimento prévio de alunos portugueses na compreensão de um texto em língua inglesa**
Francisco Mário da Rocha – 1998
- 35 · **La crise de Mai 68 en France**
João Sérgio de Pina Carvalho Sousa – 1999
- 36 · **Linguagem, psicanálise e educação: uma perspectiva à luz da teoria lacaniana**
José Manuel Rodrigues Alves
- 37 · **Contributos para um estudo das funções da tecnologia vídeo no ensino**
Francisco Cordeiro Alves – 1998
- 38 · **Sistemas agrários e melhoramento dos bovinos de raça Mirandesa**
Fernando Jorge Ruivo de Sousa – 1998

-
- 39 · Enclaves de clima Cfs no Alto Portugal – a difusa transição entre a Ibéria Húmida e a Ibéria Seca**
Ário Lobo Azevedo; Dionísio Afonso Gonçalves; Rui Manuel Almeida Machado – 1995
- 40 · Desenvolvimento agrário na Terra Fria – condicionantes e perspectivas**
Duarte Rodrigues Pires – 1998
- 41 · A construção do planalto transmontano – Baçal, uma aldeia do planalto**
Luísa Genésio – 1999
- 42 · Antologia epistolográfica de autores dos sécs. XIX-XX**
Lurdes Cameirão – 1999
- 43 · Teixeira de Pascoaes e o projecto cultural da “Renascença Portuguesa”**
Lurdes Cameirão – 2000
- 44 · Descargas atmosféricas – sistemas de protecção**
Joaquim Tavares da Silva
- 45 · Redes de terra – princípios de concepção e de realização**
Joaquim Tavares da Silva
- 46 · O sistema tradicional de exploração de ovinos em Bragança**
Carlos Barbosa – 2000
- 47 · Eficiência de utilização do azoto pelas plantas**
Manuel Ângelo Rodrigues, João Filipe Coutinho – 2000
- 48 · Elementos de física e mecânica aplicada**
João Alberto Sobrinho Teixeira
- 49 · A Escola Preparatória Portuguesa – Uma abordagem organizacional**
Henrique da Costa Ferreira – 2002
- 50 · Agro-ecological characterization of N. E. Portugal with special reference to potato cropping**
T. C. Ferreira, M. K. V. Carr, D. A. Gonçalves – 1996
- 51 · A participação dos professores na direcção da Escola Secundária, entre 1926 e 1986**
Henrique da Costa Ferreira – 2002

-
- 52 · A evolução da Escola Preparatória – o conceito e componentes curriculares**
Henrique da Costa Ferreira – 2003
- 53 · O Homem e a biodiversidade (ontem, hoje... amanhã)**
António Réffega – 1997
- 54 · Conservação, uso sustentável do solo e agricultura tropical**
António Réffega – 1997
- 55 · A teoria piagetiana da equilibração e as suas consequências educacionais**
Henrique da Costa Ferreira – 2003
- 56 · Resíduos com interesse agrícola - Evolução de parâmetros de compostagem**
Luís Manuel da Cunha Santos – 2001
- 57 · A dimensão preocupacional dos professores**
Francisco dos Anjos Cordeiro Alves – 2001
- 58 · Análise não-linear do comportamento termo-mecânico de componentes em aço sujeitas ao fogo**
Elza M. M. Fonseca e Paulo M. M. Vila Real – 2001
- 59 · Futebol - Referências sobre a orientação do jogo**
João do Nascimento Quina – 2001
- 60 · Processos de cozedura em cerâmica**
Maria Helena Pires César Canotilho – 2003
- 61 · Labirintos da escrita, labirintos da natureza em "As Terras do Risco" de Agustina Bessa-Luís**
Helena Génésio – 2002
- 62 · A construção da escola inclusiva - um estudo sobre a escola em Bragança**
Maria da Conceição Duque Fernandes Ferreira – 2003
- 63 · Atlas das aves nidificantes da Serra da Nogueira**
Domingos Patacho
- 64 · Dialecto rionorês... contributo para o seu estudo**
Dina Macias – 2003

-
- 65 · A aquisição e o desenvolvimento do vocabulário na criança de 4 anos - Estudo de um caso**
Dina Macias – 2002
- 66 · Barbela, um trigo escravo - a cultura tradicional de trigo na terra fria bragançana**
Ana Maria Carvalho
- 67 · A língua inglesa, uma referência na sociedade da globalização**
Eliane Cristine Raab Pires – 2002
- 68 · Etnobotânica das aldeias da Moimenta da Raia e Rio de Onor**
Ana Maria Carvalho; Ana Paula Rodrigues
- 69 · Caracterização Biofísica da técnica de Mariposa**
Tiago Barbosa – 2004
- 70 · As inter-relações turismo, meio-ambiente e cultura**
Eliane Cristine Raab Pires – 2004
- 71 · Avaliação do impacte dos cursos de jovens empresários agrícolas em Trás-os-Montes**
Maria da Graça Ferreira Bento Madureira – 2004
- 72 · Do pai ao pior – 4 conferências**
Acílio da Silva Estaqueiro Rocha; José Manuel Rodrigues Alves; José Martinho; J. Gaglianone
- 73 · Alguns deícticos de lugar: Análise pragmática**
Dina Rodrigues Macias – 2004
- 74 · Fórum de psicanálise, sonho e criatividade – 100 anos sobre a ciência dos sonhos de Freud**
Vários autores organizados por José Manuel Rodrigues Alves
- 75 · Perspectiva pictórica**
Luís Manuel Leitão Canotilho – 2005
- 76 · Ética e psicanálise em Lacan: o desejo, o bem e a condição humana**
José Manuel Rodrigues Alves
- 77 · Oscar Wilde: a tragicidade da vida de um escritor**
Eliane Cristine Raab Pires – 2005

-
- 78 · Diário MS9: Dilemas de uma professora principiante**
Francisco Cordeiro Alves – 2005
- 79 · O estudo do meio social como processo educativo de desenvolvimento local**
Maria do Nascimento Esteves Mateus
- 80 · A voz dos professores na primeira pessoa**
Francisco Cordeiro Alves - 2006
- 81 · Língua e Cultura**
Eliane Cristine Raab Pires - 2006

A publicar brevemente:

Ciclo de conferências 2003: Estudos de Língua e Literatura

Escola Superior de Educação - Departamento de Português

Pedregosidade dos solos em Trás-os-Montes: importância relativa e distribuição espacial

Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo

Uma panorâmica sobre os recursos pedológicos do Nordeste Transmontano

Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo

Erosão hídrica dos solos em Trás-os-Montes: avaliação e avaliações

Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo

Beginning teachers and diversity in school: A European Study

Hugh Gash (editor)

A formação profissional e a promoção do desenvolvimento local e regional: uma problematização

Maria Patrocínia Ferreira Correia

Reflexões sobre empresas virtuais

Luís Carlos Magalhães Pires

O intertexto camoniano na poesia de Manuel Alegre

Dina Rodrigues Macias

Ciclos de vida das famílias agrícolas

Maria da Graça Ferreira Bento Madureira